

CLÁUDIO DOMINGOS DUARTE

**A VISÃO QUE OS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA PROPORCIONAM AO
PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL, SOBRE A PRÉ-HISTÓRIA.**

Trabalho avaliativo para a
conclusão, do Curso de
Especialização em Teoria e
Metodologia do Ensino de
História da Universidade
Federal de Campina Grande
– Centro de Formação de
Professores.

Orientador: Prof. Mestre Eugenio Paccelli Gurgel da Rocha

CLÁUDIO DOMINGOS DUARTE

**A VISÃO QUE OS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA PROPORCIONAM AO
PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL, SOBRE A PRÉ-HISTÓRIA.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
ESPECIALIZAÇÃO EM TEORIA E METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA

CAJAZEIRAS-PB
2005



D812v Duarte, Cláudio Domingos.
A visão que os livros didáticos de história proporcionam ao professor do ensino fundamental, sobre a pré-história / Cláudio Domingos Duarte. - Cajazeiras, 2005.
59p.

Não disponível em CD.
Monografia(Especialização em Teoria e Metodologia do Ensino de História)Universidade Federal de Campina Grande,Centro de Formação de Professores, 2005.
Contém Bibliografia.

1. Didática - história. 2. Livro Didático -história 3. Pré-História. I. Rocha, Eugenio Paccelli Gurgel da. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título

CDU 37.02

CLÁUDIO DOMINGOS DUARTE

Trabalho avaliativo para a conclusão do Curso de Especialização em Teoria e Metodologia do
Ensino de História da Universidade Federal de Campina Grande – Centro de Formação de
Professores.

Aprovada em _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Mestre Eugenio Paccelli Gurgel da Rocha

Prof.

Prof.

Aos colegas de trabalho cujos relatos de suas experiências em sala de aula contribuíram para o desenvolvimento desta monografia.

Faint, illegible text at the top of the page, possibly a header or title.

Aos amigos, separados pela distância,
que muito incentivaram a elaboração
deste trabalho.

Aos meus pais.

Encontrei hoje em ruas, separadamente, dois amigos meus que se haviam zangado um com o outro. Cada um me contou a narrativa de por que se haviam zangado. Cada um me disse a verdade. Cada um me contou as suas razões. Ambos tinham razão. Não era que um via uma coisa e outro outra, ou que um via um lado das coisas e outro um lado diferente. Não: cada um via as coisas exatamente como se haviam passado, cada um as via com um critério idêntico ao do outro, mas cada um via uma coisa diferente, e cada um, portanto tinha razão. Fiquei confuso desta dupla existência da verdade.

Fernando Pessoa.

RESUMO

O livro didático tornou-se, nos dias atuais, um instrumento imprescindível para o educador, deixando de desempenhar o mero papel de coadjuvante no meio escolar. É através dele que o professor planeja e exerce suas atividades, negligenciando muitas vezes opções didáticas para o ensino. A Arqueologia Pré-Histórica Brasileira tem avançando, significativamente, na compreensão do homem primitivo, trazendo à "luz" conhecimentos antes inacessíveis para os pesquisadores do modo de vida primitivo dos chamados "homens das cavernas". Tornando-se uma importante fonte de apoio didático, principalmente, aos professores nas pequenas cidades do interior do Brasil que na grande maioria necessitam de materiais (sejam físicos ou culturais) para diversificar as aulas de História. A nossa proposta é analisar os conteúdos da pré-história nos principais livros didáticos utilizados pelos professores das escolas públicas, sejam como consulta ou adotados para o aluno, sendo necessário saber como o professor do Ensino Médio compreende as informações sobre a pré-história contidas no livro didático de História.

SUMARIO

RESUMO

Introdução	10
I – Quadro Técnico	14
II – Livro Didático	19
As Regras do PCN	19
Livro Didático da 5ª Série	22
Nova História Crítica	22
História e Vida Integrada	23
História e Reflexão	25
Livro Didático da 7ª Série	27
Uma História em Construção	27
Para compreender a História	28
História: Antiguidade e Período Medieval	29
III - Realidades	32
IV – Diretrizes e Propostas	40
V – Considerações Finais	47
Referência Bibliográfica	54
Livro Didático Analisado	56
Anexos	59

INTRODUÇÃO

Aquele que procura instruir-se deve em primeiro lugar saber duvidar, pois a dúvida do espírito conduz à descoberta da verdade.

Aristóteles

Este trabalho é produto de questionamentos, discussões e observações realizadas em escolas públicas. Associado a estes fatores e o interesse pela Arqueologia Pré-Histórica - enquanto subsídio para a prática escolar - abordaremos a utilização do livro didático de História cujo conteúdo seja a Pré-História. Isso permitirá identificar a possível existência de falhas no livro didático que contemple a temática em questão. Ao mesmo tempo observaremos como os professores desta disciplina trabalham com a Pré-História e até onde o seu conhecimento em História o ajuda no desempenho da sua função de educador.

Ressaltamos que não é o objetivo deste trabalho colocar em questão o livro didático como um todo, mas sim como ele trata da Pré-História e como o professor o utiliza na sua prática diária em sala de aula. Ao mesmo tempo tentaremos diagnosticar se o educador encontra-se apto para o ensino de Pré-História monitorando a forma como as informações estão disponibilizadas para a sociedade escolar e como o professor as interpreta e repassa aos alunos.

No Brasil, a História nasce com a função de conferir ao povo brasileiro uma identidade nacional, cabendo às elites deste país escolher o passado “ideal”. Sobre a rigidez do imperialismo brasileiro efetivou-se a História como disciplina no Colégio D. Pedro II, em 1837, que juntamente com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) representavam, na segunda metade do século XIX, o destino da produção histórica, no qual optaram pela linearidade da História seguindo a visão europeia.

A linearidade do processo histórico e o distanciamento do locutor, aparentes na listagem premiada de Von Martius, foram apropriados pelos organizadores/produtores da História como disciplina escolar. (...) Incorporados pelo ensino, tornaram-se dominantes e em torno deles gravitavam as variações recorrentes, que os mantiveram presentes, até a atualidade nos currículos, propostas e programas escolares. (ABUD, 2002, p. 31)

A partir de 1930, com a Reforma Francisco Campos, os programas e métodos deveriam ser produzidos pelo Ministério da Educação do governo provisório, que ainda se encarregaria de realizar inspeções federais nas escolas. Mesmo com as modificações sucessivas pelas quais passou a História durante as primeiras décadas do século XX, esta ainda possuía a função de elevar o sentimento nacionalista onde caberia à elite brasileira comandar as massas, por ser ela a responsável pelas transformações, que levariam o Brasil ao seu desenvolvimento. Para Kátia Abud “(...) *o ensino de História seria um instrumento poderoso na construção do Estado Nacional, pois traria à luz o passado de todos os brasileiros*”. (2002, p. 34)

Essa busca por uma identidade nacional, um símbolo pátrio para os brasileiros, ficou incorporada nos livros didáticos de História e até nos dias atuais essa influência se faz sentir. O índio é tido como um herói que resistiu à escravidão e o negro é inferiorizado, ao mesmo tempo que a população brasileira é esbranquiçada.

No período ditatorial o governo criou regras a serem seguidas pelos professores. Começava a surgir a História Nacional, compreendida entre os anos de 1964-1984. Observam-se severas interferências na forma de transmitir - e do que transmitir - nas salas de aula. Este controle foi sentido, principalmente, nas disciplinas cujo conteúdo abordava as questões sociais.

A lógica da racionalização capitalista incorporada pelas escolas brasileiras nas décadas de 1920 e 1930 é aprimorada pelas novas mudanças por meio do aperfeiçoamento do controle do processo de ensino e a subordinação dos professores aos supervisores e orientadores pedagógicos, a massificação e imposição do material didático (livro didático por excelência) são algumas das formas aperfeiçoadas. Acentua-se o processo de proletarização dos professores. (FONSECA. 2003, p. 19)

Objetivando melhorar o controle das práticas docentes criaram-se leis que possibilitaram controlar tanto a formação dos professores como o ensino, sendo regidos pelo Ato Institucional nº 05, de 1968 e do Decreto-lei 547 de 1969, criando o curso superior de curta duração.

No Brasil, a formalização do ensino de Estudos Sociais trouxe deformações tanto na formação dos professores, com as chamadas licenciaturas curtas, de dois anos, como na banalização e vulgarização do conteúdo e do método de ensino. Esses fatores foram agravados, devido período histórico em que vigorou essa proposta, particularmente

*entre 1971 e 1984, fase da ditadura militar em nosso país.
(SCHMIDT, p. 205)*

A partir dos anos sessenta, o governo brasileiro procura estimular o número de pessoas nas escolas, e o livro didático passa a ser visto como o principal instrumento para difundir o conhecimento, o que favoreceu o desenvolvimento comercial desse setor. Nesta época, tivemos forte influência norte-americana em nosso meio, e uma de suas metas era preparar o jovem para o mercado de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento de uma educação muito mais técnica. A redução da carga horária de História atendia tanto aos objetivos do governo dos Estados Unidos quanto aos do regime militar em vigor no Brasil, que desejava tornar o ensino-aprendizagem decorativo, com a única função de criar sujeitos alheios à realidade que os cercava.

*A partir dos anos 60 e 70, desenvolveu-se no Brasil o pensamento crítico, radical, de oposição e deslegitimação dos saberes históricos transmitidos na escola. Influenciado pelos teóricos da “reprodução”, o pensamento educacional crítico passa a deslegitimar os currículos oficiais de História. A escola passa a ser encarada como “aparelho” de reprodução dos valores e idéias da classe dominante, e o ensino de história, como mero veículo de reprodução de memória do vencedor.
(FONSECA, 2003, p. 33)*

A abertura democrática, restabelecida no Brasil em fins da década de 70, proporcionou debates entre os profissionais da educação que objetivavam melhorias no ensino brasileiro, esta, em parte, tinha sido motivada pela presença de novas tecnologias como o rádio e a televisão, que conquistavam cada vez mais espaço com a divulgação de informação ao mesmo tempo em que eram formadores de culturas. No campo histórico, os historiadores iam assimilando os pressupostos dos Annales em detrimento da geração positivista que compreendia a necessidade do documento escrito como testemunha legítima da História. Passa-se, então, a valorizar o social, a cultura e o cotidiano, abrindo espaços para a pesquisa escolar e ao desenvolvimento do cidadão crítico, deixando de lado o ensino decorativo, não havendo, teoricamente, espaço para a difusão de uma História alienante.

Já nos anos 80, à medida que o currículo escolar era revisto, no momento em que os historiadores buscavam renovar o ensino de História, editoras procuravam também se adaptar ao novo nicho de mercado, o que só seria possível diante da grande carência de materiais didáticos nas escolas públicas brasileiras. Isso contribuiu para que este material estivesse presente em quase todas as escolas do país.

O uso de um único livro, única fonte, acaba por simplificar a forma do currículo e do conhecimento em sala de aula. Essa postura metodológica acaba formando nos alunos uma concepção autoexcludente da História, e uma concepção de “História como verdade absoluta”, e de livro didático como fonte de conhecimento inquestionável. (SCHMIDT, 2002, p. 55)

Os recursos existentes, atualmente, permitem aos jovens apropriarem-se de informações a qualquer momento, mas para a grande maioria do alunado, o acesso às novas tecnologias é bastante difícil pela sua situação financeira e a precariedade das escolas e dos professores em explorar os novos recursos didáticos, refletindo no livro didático, posto que passará a ser o principal instrumento para que o aluno possa “conhecer” a sua realidade.

Nessa perspectiva, escolhemos seis livros didáticos utilizados por professores em sala de aula, como material de apoio. Destes, três são da quinta série e três da sétima, seus autores são respectivamente: **Nelson Piletti e Claudino Piletti, Mario Schmidt, Gilberto Cotrim, José Rivair Macedo e Mariley W. Oliveira, Renato Mocellin e Marlene Ordoñez.** Concentramos nossas atenções sobre os conteúdos referentes à Pré-História, limite desta monografia.

CAPÍTULO I

A Pré-História como complemento “antecedente” da História: um relançar de olhos pelo universo argumentativo.

Nada do que foi será/De novo do jeito que já foi um dia...

Lulu Santos

A História tem passado, desde a época de Heródoto, por modificações em sua essência que alteram a visão do historiador sobre os fatos históricos. Houve e sempre haverá discursos polêmicos quanto à função da História como ciência e para as ciências, muitas vezes ao longo de sua existência ela era considerada uma mera ferramenta complementar para as teorias da sociologia ou da antropologia, por exemplo.

Dessa forma, fazer ou ensinar História é mais do que entender as causas e conseqüências da Revolução Francesa – por exemplo. É, antes de tudo, ter subsídios para compreender o contexto social e intelectual que favoreceram a eclosão dessa manifestação social.

Spencer dizia que a sociologia estava para a História “como um edifício enorme está para os montes de pedras e tijolos ao seu redor” e que “a função mais elevada a ser desempenhada pelo historiador é a de narrar a vida das nações de modo a fornecer material para uma sociologia comparativa”. Na melhor das hipóteses, os historiadores eram coletores da matéria-prima para os sociólogos. Na pior, eram totalmente irrelevantes porque nem mesmo forneciam o tipo certo de material para os mestres da construção. (BURKER, 2002, p. 22)

Entender o “porquê” das causas de tais discursos é compreender como as fontes documentais são tratadas e interpretadas pelos historiadores na análise da conjuntura de uma sociedade pretérita. É necessário o professor conhecer não apenas o fato histórico em si, mas a linha teórica seguida por este profissional e de como é interpretado nos livros didáticos.

Poderíamos citar uma longa lista de teóricos e filósofos da História que de alguma forma contribuíram para legitimar o saber produzido no passado, buscando-se desde um entendimento pelos fatores econômicos como objetivava Marx e Weber, como pela visão cultural da sociedade assim proposta por Marc Bloch, ampliando o campo de pesquisa para os historiadores, havendo uma nítida preocupação com a forma de pensar e sentir tendo como objetivo “*uma História preocupada, enfim, não como a apologia de príncipes ou generais em feitos singulares, senão com a sociedade*

global, e com a reconstrução dos fatos em série passível de compreensão e explicação”. (VAINFAS, p.130)

Qual o historiador que desconhece as tendências historiográficas surgidas a partir da Escola dos Annales, ou então a de seus antecessores, os positivistas ou marxistas? Tendências estas que muitas vezes se refletem na ideologia do escritor, tendências que acabam por interferir na interpretação dos pressupostos do professor de História e do próprio autor do livro escolar.

A Arqueologia – a despeito da especificidade de suas abordagens – também é motivo de análise por parte dos teóricos que se debruçam sobre o tema, visto o seu esforço no sentido de reconstruir o “Homem de Época” e seu contexto nas mais variadas nuances. No caso da Pré-História, domínio absoluto da prática arqueológica, as peculiaridades são bem sublinhadas. Tomemos o caso dos grafismos parietais primitivos, traço vestigial de enorme ressonância nas lides da Arqueologia Pré-Histórica.

Procurar um maior entendimento das pinturas rupestres – mesmo que num plano primário - e desenvolver imagens acerca de um ambiente sócio-cultural (ou mesmo biológico) já desaparecido é, para o arqueólogo, tão importante quanto para o historiador é analisar as fontes documentais. A historiadora Ângela Maria considera que *“a História pode apropriar-se de uma série de conceitos e de princípios de outros campos de conhecimento e, com freqüência, ela assim proceder”*. Apropriações estas que são muitas vezes mal interpretadas pelos educadores ao absorverem fatos e conhecimentos apenas do livro didático. E ela continua: *“Nesse sentido preciso, o historiador não é nem muito fiel nem muito fértil, mas pode ser extremamente instigante do ponto de vista teórico e metodológico, justamente porque assim procedendo, promove uma série de “encontros”.*” (CASTRO GOMES, 2000, p. 20)

Juan Schobinger consegue sintetizar a relação da Arqueologia com a História e o que aquela estuda. Segundo ele:

Si definimos a la Ciencia como una búsqueda metódica de conocimientos y una presentación ordenada del saber, tamizado por la reflexión crítica, queda claro que toda ciencia tiende proyección universal, y que necesita de un sistema clasificatorio con terminología clara, unívoca y correcta en su significado. De otro modo, la ciencia no es inteligible ni transmisibile.

La Prehistoria es una ciencia antropológica y, sin contradicción com ello, es también parte de la Historia. (se há dicho con razón que la Prehistoria es el primer gran

capítulo de la História Universal)... (SCHOBINGER, 1990, pág. 8)

A Arqueologia tem fornecido importantes subsídios para os historiadores. Estes em princípios precisam compreender determinados passos concebidos pelos arqueólogos no intuito de discutir sobre a realidade de suas teorias. Por exemplo, ao ser trabalhar com imagens pré-históricas é necessário que o professor saiba como estão classificados os padrões de pintura encontrados pelo Brasil.

O trabalho arqueológico realizado no Nordeste Brasileiro resultou na identificação de vários grupos com características morfológicas e estéticas semelhantes e que poderiam ser de agrupamentos humanos com culturas distintas umas das outras, onde se observariam a padronização de elementos e terminologias para facilitar a identificação desses grupos pré-históricos.

A caça, a maternidade, as técnicas de produção artesanal são alguns aspectos aos quais é possível associar constantes gestuais ou posturais de encenação. Essas constantes fazem parte da encenação mas não constituem a sua totalidade e podem ser associadas a um número ilimitado de significações que variam segundo o grupo cultural no qual elas se manifestam (PESSIS, 1986, p. 157)

Os trabalhos arqueológicos realizados a partir da década de 70 pela equipe franco-brasileira em São Raimundo Nonato – PI, tornaram-se referencial para a compreensão das comunidades pré-históricas através dos estudos das imagens pictoriais e os diferentes traçados que este elemento gráfico possui, revelando níveis de conhecimentos técnicos que variam de grupo para grupo. Para agrupar essa variação de traçados nos elementos gráficos favoreceu a elaboração de uma variedade de classificação que possibilitasse ao pesquisador identificar os pormenores existentes nos grupos pré-históricos, criando uma serie regras para se atribuir a ligação de um determinado padrão cultural como pertencente a “A” ou a “B”. Para isso foram classificados os agrupamentos em “tradições” que *“são definidas pelas classes de grafismos representadas e pela proporção relativa que estas classes guardam entre si (...) as vezes, distinguir-se sub-tradições segundo critérios ligados à diferenças na representação gráfica de um mesmo tema e a distribuição geográfica. (GUIDON, 1989)*

Isso acarretou a criação de diferentes tradições, sendo 06 delas preliminarmente designada por Niede Guidon em: a) Nordeste – caracterizada por *“presença de grafismos reconhecíveis de grafismos puros os quais não podem ser identificados (...) dispostos de modo a representar ações*

cujo tema é, às vezes, reconhecível” (PESSIS, 1987); b) Agreste – existe uma predominância de figuras reconhecidas, humanas e raramente animais, não havendo representação de objeto ou de figuras fitomorfas, não há movimentos nem dinamismo e sempre representaram caçadas; c) Geométrica – existe o predomínio de grafismo puro, mãos, pés, figuras humanas e répteis simples e esquematizados; d) distingue-se, ainda, mais três tradições para gravuras: as Itacoatiara de Leste, de Oeste e Congo.

Como escritores para livros didáticos poderão encontrar a melhor forma de repassar aos professores esse entendimento da cultura pré-histórica, se eles na maioria das vezes não dispõem de argumentos plausíveis para tal? Lidar com imagens rupestres não é apenas descrevê-las, é preciso saber em que categoria elas se inserem e assim identificar o grau de avanço tecnológico e estético de determinados agrupamentos humanos.

A percepção e o conhecimento daquilo a que denominamos passado da humanidade depende dos vários métodos de abordagem e das várias técnicas que se estabeleceram, para uma correta leitura dos diversos tipos de documentos escritos, iconográficos, tecnológicos, etc. que nos permitem reconstituir a História e, seu sentido mais amplo. (KERN 1989, p. 102)

Pessis, num estudo comparativo sobre as imagens cinematográficas afirmou que:

Os métodos criados pelas outras disciplinas que tratam do estudo da imagem não são úteis para a Pré-História. A ausência de um contexto de referência, de dados históricos concernentes à cultura, de crenças e de valores compartilhados durante esse período não permite estabelecer, como em iconografia, correspondência entre figura e as significações. (PESSIS, 1986, p. 159))

Desta forma podemos perceber que o estudo da Pré-História, tanto no Ensino Médio como no Fundamental, corre o risco de ser distorcido em razão da escassez de conhecimento por parte do professor e dos autores dos livros didáticos, que tentam resumir conteúdos tão amplos apenas inserindo imagens de homens pré-históricos e uma seleção de pinturas rupestres. Imagens estas que muitas vezes são trabalhadas apenas pelo dom artístico do pintor contemporâneo, não sendo feita nenhuma observação a respeito do significado, da forma como foi feita e da contextualização com o

painel rupestre como um todo. As figuras existentes neste período agrafo dizem muito a respeito de suas comunidades primitivas e não podem ser considerados meros artefatos decorativos; o esforço para produzi-las era demasiado para consideramos apenas como elemento decorativo. Não, o artista quis perpetuar algo, quis mostrar uma forma de comunicação, de narrar os acontecimentos vivenciados.

CAPÍTULO II

Entre os PCN's e os livros didáticos de HISTÓRIA: o ensino da Pré-História.

A introdução dos chamados PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais, busca garantir que as escolas não sejam excluídas do processo de modernização da sociedade brasileira. Logo no livro introdutório do PCN, se afirma:

(...) Isso não se resolve apenas garantindo a oferta de vagas, mas sim oferecendo-se um ensino de qualidade, ministrado por professores capazes de incorporar ao seu trabalho os avanços das pesquisas nas diferentes áreas de conhecimento e de estar atentos as dinâmicas sociais e suas implicações no âmbito escolar. (Introdução ao PCN, 1998, p. 9)

O Parâmetro Curricular Nacional de História, destinado ao Ensino Médio da 5ª à 8ª série, deixa claro o papel que o professor de História deve possuir em relação ao patrimônio histórico e arqueológico, bem como a importância deste profissional na valorização e no incentivo à pesquisa no âmbito escolar, como forma de agregar valores e aguçar a curiosidade do aluno para o estudo.

O estudo do meio envolve uma metodologia de pesquisa e de organização de novos conhecimentos, que requer atividades anteriores à visita, levantamento de questões a serem investigadas, seleção de informações, observação de campo, confrontação entre os dados levantados e conclusões. Possibilita o reconhecimento da interdisciplinaridade e de que a apreensão do conhecimento histórico ocorre na relação que estabelece com outros conhecimentos físicos, biológico, geográfico, artísticos (PCN, 1998, p. 93)

Quanto a esta interdisciplinaridade da qual a História necessita, o PCN de História afirma:

(...) A preocupação foi de dominar alguns conhecimentos para distinguir as especificidades das linguagens, das formas de expressão, das potencialidades dos meios de comunicação, dos modelos de representação etc. (ibid, p. 85)

Os historiadores têm procurado saborear outras fontes na perspectiva de se tornarem aptos a compreender o todo; hoje o que se verifica nas salas de aulas é que o conhecimento dos professores

de escolas públicas, sejam eles formados ou não em História, tem sido cada vez mais centralizado em um único instrumento de trabalho, o livro didático, contrariando as especificações dos PCN's.

Ao mesmo tempo é preciso reconhecer, diante da realidade brasileira que, muitas vezes, os livros ou manuais didáticos são os únicos materiais de leitura e de acesso de grande parte da população às informações históricas.

(...)

Existem muitas possibilidades de trabalho com livros, manuais ou apostilhas que garantem ao professor a autonomia na condução da lide pedagógica. O fundamental é que não seja considerado o único recurso didático, mas sim mais uma fonte de informação a ser utilizada em momentos específicos e para fins determinados. (PCN, 1998, p. 81)

As contextualizações contidas nos PCN's de História (5ª a 8ª série) são mais do que orientações para uma categoria de trabalhadores que muitas vezes parou no tempo, devido às dificuldades financeiras e de apoio para atualizar-se, onde as instruções/recomendações contidas neste material é uma afirmativa do próprio governo da atual precariedade de nossas escolas e de nossos educadores. No entanto, através desse novo parâmetro, várias alternativas são apresentadas para trabalhar em sala de aula com outros instrumentos além do livro didático.

As regras propostas pelos PCN's são, em determinados momentos, inadequadas para a realidade escolar brasileira, pois não existe interdisciplinaridade, não existe pesquisa escolar, o que existe é o livro didático; e o pior em quantidade insuficiente. A precariedade de nossas escolas é fato consumado, não é e nem nunca será uma novidade. Seguir ou não a metodologia indicada pelos PCN's é uma opção das escolas para tentar melhorar a condição de ensino e incentivar a utilização destes, é uma tentativa do governo em diminuir a defasagem tecnológica e metodológica dos professores.

Ensinar História requer um diálogo permanente com diferentes saberes, produzidos em diferentes níveis e espaços. Requer do professor interrogações sobre a natureza, a origem e o lugar ocupado por esses diferentes saberes, que norteiam e asseguram sua prática em sala de aula. (FONSECA, 2003, p. 118)

A História esteve durante um longo período “presa” às doutrinas positivistas nas quais se produzia um saber corporativo, baseado em registros legais escritos, excluindo a cultura local e a História regional. Ainda hoje sentimos o quão forte é o eurocentrismo em nossa História, uma História que valorizava o branco europeu, uma História que narrava, ou narra, apenas as conquistas de uma minoria, os atos heróicos de seus governantes, seus feitos grandiosos. Mesmo caindo em desuso pelos historiadores essas concepções positivistas ainda são encontradas em alguns livros didáticos apesar da revolução iniciada com a escola francesa dos Annales que abrangeu o leque da História. Índio preguiçoso e pacífico, os quinhentos anos de Brasil, são fatos que os livros mostram e os professores concordam em gênero, número e grau. Faltam disposição e qualificação desses profissionais para terem argumento e segurança suficientes para discordarem desses casos.

Dentre os diferentes recursos, o livro didático é um dos materiais de mais forte influência na prática de ensino brasileira. É preciso que os professores estejam atentos à qualidade, à coerência e a eventuais restrições que apresentem em relação aos objetivos educacionais propostos. Além disso, é importante considerar que o livro didático não deve ser o único material a ser utilizado, pois a variedade de fontes de informações é que contribuirá para o aluno ter uma visão ampla do conhecimento. (Introdução ao PCN, 1998, p. 96)

No PCN de História é explícita a responsabilidade atribuída ao professor ele deverá proporcionar saberes necessários aos alunos para que possam discernir criticamente sobre questões ligadas a sua realidade.

É igualmente importante que aprendam procedimentos para realizar pesquisas históricas, para discernir e refletir criticamente sobre os indícios das manifestações culturais, dos interesses econômicos e políticos e dos valores presentes na sua realidade social. (PCN de História, 1998, p. 53)

Utilizar o patrimônio arqueológico em conjunto com o livro didático e a orientação do professor de História, facilitaria inserir o aluno em trabalhos fazendo-o pesquisar, indagar, interpretar símbolos, idéias e valores. O PCN afirma:

Entre muitas possibilidades, podem ser trabalhadas questões pertinentes aos recursos naturais, às matérias-primas e à produção de alimentos, vestimentas, utensílios e ferramentas, aos mitos sobre a origem do mundo e dos homens, às relações entre ciclos naturais e as

organizações culturais, às explicações e valores construídos para os elementos da natureza, às representações da natureza na arte, ao tipo de propriedade uso da terra, aos patrimônios ambientais, às relações entre natureza e as atividade de lazer. (ibid, p. 55)

Capacitar os professores não é apenas inseri-los em cursos vindos dos órgãos públicos, é antes de tudo oferece-lhes: condições de reciclagem nas instituições superiores de ensino, condições para que, nas escolas, possam usufruir de mecanismos para diversificar as aulas e, principalmente, de recursos técnicos e financeiros que o possibilitem adquirir livros, e outros materiais que possam contribuir para a melhoria do seu trabalho. É ainda muito importante que os profissionais da educação disponham de tempo para o lazer e para si, porque senão de nada adiantará “manuais” e capacitação advindos do Ministério da Educação ou secretarias educacionais.

1. O LIVRO DIDÁTICO DE 5ª SÉRIE.

1.1. NOVA HISTÓRIA CRÍTICA - MARIO EURLEY SCHIMDT.

Schmidt, no início dos trabalhos, demonstra uma preocupação com a função decorativa que a História adquiriu ao longo dos anos; para ele “(...) *datas e nomes vão aparecer para você localizar as coisas. (...) Mas não precisam ser memorizadas. Afinal decorar é o contrário de raciocinar*”. (p. 08), fato interessante se analisamos que a grande preocupação dos alunos é saber se nas provas serão explorados datas e nomes. Podemos compreender que o autor deseja que seu livro tenha sido preparado para servir apenas de referencial para as aulas e não como única ferramenta a ser utilizada na íntegra e sem questionamentos.

O “manual” que o autor preparou como prévia, é deveras interessante por instruir tanto o aluno como o professor na interpretação dos dados complementares que são colocados nos textos, melhorando-os no aspecto visual, pois estes, além de conferir, dentro do contexto, significados imprescindíveis para a obra, justificam a utilização das figuras, tabelas e atividades.

Antes de iniciar o estudo da Pré-História, Schmidt prepara o aluno para compreender conceitos como “cultura”, “conflitos sociais”, “fontes históricas”, “Estado” e a própria História, termos muitas vezes de difícil assimilação pelos alunos. Daí a importância e necessidade de

professores qualificados na área do ensino, capazes de entender melhor esses conceitos dentro da historiografia e, dessa forma, poder repassá-los aos alunos da melhor maneira possível.

As conceituações e explicações, além de simplificarem a História, induzem também a erros históricos fundamentais. Assim, desde o início, em nome do processo histórico, como querem os autores, os pré-adolescentes recebem uma noção estratificada e bastante simplista da época. Isto não leva ao entendimento do processo histórico; pelo contrário, pois este é muito mais complexo do que o que é apresentado no livro em questão. (BALDISSERA, 1994, p. 49-50)

Observa-se que o autor procurou diminuir o impacto para o aluno ao introduzir novos conceitos que tanto a História quanto a Pré-História trazem. Sintetizando em demasia, no entanto, o autor incorre no comprometimento da compreensão do assunto em questão.

A parte da Pré-História é bastante ampla desde o surgimento dos primeiros espécimes Australopitecos até a teoria da migração pelo estreito de Bering e conseqüentemente o povoamento primitivo da América. É lamentável observar que na Nova História Crítica o autor ainda se prende à visão eurocêntrica. Schmidt poderia ter descrito mais a riqueza arqueológica no nosso território, poderia ter destacado que os achados arqueológicos dos nossos cientistas possuem sua própria História, diferenciando-se na cultura e no domínio de técnicas para a pintura e fabricação de instrumentos de trabalho.

1.2. HISTÓRIA E VIDA INTEGRADA – PILETTI E PILETTI.

Piletti tem sido consagrado pela ampla aprovação nos colégios a despeito de ser mais sucinto que o autor anteriormente citado e comentado. Talvez seja essa característica que vai permitir sua constante atualização pela editora. No que tange à Pré-História, é dedicado um capítulo específico para a Arqueologia brasileira.

Observa-se a preocupação dos autores em deixar implícita a importância do ofício do historiador e da História para a sociedade. Eles afirmam: “*Não cabe ao historiador registrar apenas o passado, mas principalmente usá-lo como instrumento para refletir sobre o presente.*” (p. 14)

O enfoque dado à Pré-História deixa muitas dúvidas, em determinado momento é dito: “Nesse processo, por volta de 3,5 bilhões de anos atrás, desenvolveram-se as condições para o surgimento das primeiras formas de vida” (p. 18). Que condições seriam estas tão imprescindíveis para estimular a vida, não fica claro. É preciso que haja a necessidade de não só utilizar uma linguagem simples e resumida, mas que o contexto não deixe de esclarecer os fatos tanto para os discentes como docentes.

No capítulo quatro do referido livro os autores inserem um mapa* (p. 33) representativo da teoria migrativa para a América pelo Estreito de Bering, abaixo deste há a seguinte sugestão:

*Saber quando a humanidade iniciou a ocupação da América não é tarefa fácil. Os primeiros grupos humanos **não tinham a preocupação de registrar os acontecimentos de sua vida** (grifo nosso). E mesmo os vestígios de suas atividades foram em quase sua totalidade destruídos pelo tempo. Mas, brinquemos de detetives: releia as informações contidas neste mapa e interprete-as como se fossem pistas. Depois escreva uma redação reconstituindo, de acordo com o seu ponto de vista, o início da ocupação da América pelos seres humanos. (p. 33)*

Como o aluno de 5ª série terá capacidade para entender um mapa que nos diz tão pouco? Tal atividade já seria difícil numa escola pública para o Ensino Médio, quanto mais para alunos de uma série que ainda não possuem capacidade argumentativa para desenvolver uma abordagem desse quilate, e quando a maioria das escolas deste setor não possui biblioteca.

Baldissera faz uma análise semelhante sobre os mesmos autores. Ele afirma:

Os quatros primeiros mapas que nos interessam imediatamente, conforme a nossa análise, são demasiadamente complexos para os alunos de 5ª Série, pois estes não têm conceitos subsunçores adequados, conforme Ausbel (1968), para poder compreender repentinamente a disposição de todos os continentes (...). Além disso, a geografia da 5ª Série, como a História, geralmente trata do espaço brasileiro. Conclui-se que, desse modo, os alunos não terão noções mínimas sobre os outros continentes. Como irão assimilar essa massa de informações? (1994, p. 48)

* Vê mapa no anexo.

Tal atividade não é própria para alunos neste espectro escolar. É necessário, antes, capacitar os alunos com argumentos suficientes para que eles possam iniciar um trabalho como o indicado pelos autores, principalmente na composição de texto, deficiência palpável e característica do estudante brasileiro, negado que lhe é o hábito cotidiano da leitura.

No tocante à Arqueologia Brasileira, embora sejam uns dos poucos com esta preocupação, o resumo em demasia das informações deixa o leitor confuso, o que prejudica a compreensão do texto. Quando falam das pesquisas realizadas em São Raimundo Nonato (pág. 34), eles dizem: “*O resultado das pesquisas provocou verdadeira revolução nos estudos arqueológicos brasileiros*”. Essa informação é fato patente, mas perde seu valor se não forem distinguíveis os motivos que alçam a pesquisa arqueológica em São Raimundo Nonato à condição de “revolucionária” para a Pré-História da América. Isso o autor não faz, contribuindo para tornar a leitura cansativa e tediosa, além de comprometer o encadeamento científico dos fatos.

Claro que a obra dos autores merece méritos por colocar textos atuais que podem favorecer discussões mais próximas do momento, e com a ajuda do professor, desenvolver trabalhos simples que poderão contribuir para saída da rotina da sala de aula. Mas tais comendas não podem ofuscar as lacunas que ainda persistem.

1.3. HISTÓRIA E REFLEXÃO – GILBERTO COTRIM.

Gilberto Cotrim utiliza-se de uma linguagem simples para a compreensão do aluno, preocupando-se em esclarecer o porquê da definição de Pré-História. Explicita também a divisão das ciências que se ocupam em recuperar as informações de milênios. Observamos neste material didático a ausência dos grupos humanos que sucederam o Homo sapiens sapiens. Cotrim simplesmente opta por omitir tal fato dos alunos, o que poderá deixar subentendido que o homem é o mesmo desde que surgiu na face da terra.

No capítulo 4 de sua “História e Reflexão”, o autor repassa para o aluno que desde o Paleolítico até a Idade dos Metais, o homem dominava o fogo e era conhecedor da prática agrícola. No texto da página 29 Cotrim afirma “*Os homens começavam, então, a se organizar socialmente. A vida em grupo evoluiu para a forma de clã, onde já se conhecia uma divisão simples do trabalho, era dividida de acordo com o sexo (...)*”. O homem do Paleolítico já estava tão evoluído que poderíamos perfeitamente acreditar que não era primitivo, em função da minimização de suas

reações instintivas e que a vida naquele período oferecia riscos minimizados aos homens pela invenção da agricultura e do pastoreio, em clara aplicação de juízo de valor. A transição Paleolítico-Neolítico é apresentada de forma quase mecânica, quando sabemos que o sedentarismo e a Revolução Neolítica não alteraram de imediato os padrões de organização social herdados do Paleolítico. Não obstante as inovações trazidas com a domesticação de plantas e animais, traz à luz o fato de que as sociedades do Neolítico continuam a fundamentar a distinção entre os indivíduos a partir do parentesco, do sexo e da idade. Somente o surgimento do Estado produzirá uma alteração social de maior envergadura. Além disso, é preciso considerar que o domínio sistemático sobre a produção de alimentos não foi suficiente para suprimir a pesca, a caça e a coleta herdadas do período anterior. Sendo assim, uma explicação da passagem do Paleolítico para o Neolítico como aquela veiculada pelos livros didáticos, simplifica a tal ponto o processo que termina por atribuir-lhe uma dimensão que o mesmo não possui efetivamente.

Modificar essa visão que o autor em determinado momento poderá passar, será designação do professor, caso ele tenha habilidades para tal. No capítulo seguinte, destinado à Pré-História brasileira, o texto generaliza em demasia a questão da ocupação humana no continente americano, dando maior ênfase às discussões acerca da idade do homem. No entanto, como não há maiores esclarecimentos do porquê dessa polêmica, fica o aluno sem a compreensão da questão em si.

Mesmo contendo pouco material fotográfico, observamos que há uma produção textual muito resumida, gerando mais perguntas, ou deixando mais lacunas a serem preenchidas. As atividades propostas se destinam a responder questões muito simples, não fazendo o aluno refletir nem se indagar, como propõe o PCN de História. Ainda se verifica a utilização de conceitos como: propriedade coletiva, que muitos historiadores criticam sua utilização em livros didáticos.

Os conceitos devem ser adequados aos fatos a interpretar, e deve ser definidos com o máximo de clareza e coerência. Porém, muitos autores de livros didáticos não esclarecem, nem definem adequadamente, os conceitos que estão aplicando em determinado contexto. Ora, como os fatos mudam muito mais rapidamente do que os conceitos, não há sincronia entre eles, resultando daí o surgimento de conceitos anacrônicos para as realidades que estão sendo estudados (BALDISSERA, 1994, p. 33)

É fundamental que o professor considere a possibilidade de trabalhar com conceitos e expressões, que muitas vezes não se encaixam na definição dada por um dicionário, mas ele, o professor, deverá exercitar uma vez que foram citados no contexto. Será um tanto confuso para o

aluno compreender como um ditador, do período clássico grego, pode ser considerado um ótimo governante se nos dias de hoje ditador é considerado como um “bandido”. Como explicar ao aluno de 5ª série o conceito de comunidade primitiva ou clã? Essas são expressões que normalmente são citadas nos livros escolares que passam despercebidas pelos professores e alunos, no entanto, se não houver a devida correção por parte do educador, poderá o contexto ter uma conotação diferente interferindo no raciocínio do aluno.

2. O LIVRO DIDÁTICO DE 7ª SÉRIE.

2.1. UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO - JOSÉ RIVAIR MACEDO E MARILEY W OLIVEIRA.

Macedo e Oliveira optaram por introduzir o estudo da Pré-História na 7ª série do Ensino Fundamental utilizando uma linguagem mais simples, na qual o aluno poderá desfrutar de maior entendimento do conteúdo histórico. Neste livro nota-se a pouca utilização de imagens, fornecendo espaço extra para a colocação de texto que permitirá dialogar mais a respeito da Pré-História. As imagens, pela simplicidade que apresentam, ajudam na interpretação dos fatos ali expostos.

Para os autores: “*O desejo de fixar o acontecimento demonstra a existência de uma vontade de “marcar presença”. É um pouco aquilo que os jovens como você fazem ainda hoje ao escrever seus nomes nas carteiras das escolas (...)*” (p. 27). Concluir que as gravuras pré-históricas nada mais são do que simples atos de vandalismo não estaria incentivando a depredação dos patrimônios arqueológicos? Sem contar que a relação é primária e não atende ao objetivo de expor o grafismo como traço cultural marcante de determinada população, pondo em segundo plano todo um universo simbólico contido em um painel de pinturas e gravuras pré-históricas. Nota-se a pouca ênfase que os autores dão à divisão da Pré-História pelo avanço da tecnologia conseguido pelo homem primitivo. Já no capítulo seguinte introduzem a organização em grupos mais elaborados, onde o homem primitivo é dono de um saber agrícola, omitindo a temporalização para que ocorra esse domínio, dando a entender que só a partir daquele momento haveria condições para se implantar a religião.

Na página 36 do capítulo 3, os autores Macedo e Oliveira afirmam o seguinte:

Sabe-se que por volta de 5.000 a.C. existiam muitas cerimônias e objetos de culto religioso. A reverência para com os mortos pode ser notada na preocupação com funerais e adornos mortuários. O volume de estatuas e

estatuetas de cerâmicas sob a forma feminina, com órgãos sexuais avantajados ou expostos, indica o nascimento de cultos em homenagem à capacidade fecundadora da mulher e da natureza.

Entende-se que a questão religiosa surgiu há 5.000 anos com adorações voltadas para a imagem da mulher, símbolo da fecundidade. Sabe-se que há indícios de representações nas pinturas rupestres com idade bem superior a esta afirmação, que dá a entender a existência de celebração religiosa, primitiva para os padrões atuais.

Ao falarem da Pré-História do Nordeste, Macedo e Oliveira relatam como exemplo da Arqueologia Brasileira o patrimônio arqueológico existente em São Raimundo Nonato, que ao ser simplista em demasia acaba por provocar dúvida no leitor. O texto da página 40 narra o seguinte:

... Se o sítio arqueológico do Nordeste brasileiro foi ocupado por volta do ano 30 mil antes de nossa era, então os primeiros habitantes do continente americano poderiam ter chegado à região que é hoje o Alasca uns mil anos antes...

Não existe maior esclarecimento desse fato no texto. E o que ele irá significar para o alunado? Torna-se o assunto da Pré-História um tanto confuso e sem sentido devido a falta de esclarecimento do texto, porém se o professor estiver apto a suprir esta lacuna, poderá contornar perfeitamente este problema, senão, fica o aluno preso ao que o texto coloca, provocando uma aprendizagem mecânica e repetitiva.

2.2. PARA COMPREENDER A HISTÓRIA - RENATO MOCELLIN.

Mocellin, ao tratar da Pré-História, inseriu-a num tema à parte, dando a entender que este assunto não exigiria muita disponibilidade do professor e do aluno. Já na página 11, o autor inicia o estudo da humanidade com o texto destacado numa moldura em tom azulado que diz o seguinte:

Então Deus disse: façamos o homem à nossa imagem e semelhança, (...). (Gênesis 1,26)

Primeiro o trabalho, e depois dele e com ele a palavra articulada, foram os dois estímulos principais sob cuja influência o cérebro do macaco foi se transformando (...).

(Marx e Engels, sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem).

O autor quis demonstrar a diferença entre a origem do homem a partir da narração bíblica e da científica. Contudo, ele optou por uma única visão religiosa sobre o surgimento da vida na Terra, não havendo qualquer citação sobre a diversidade das explicações para cada religião existente.

Nota-se, na Pré-História de Mocellin, a utilização de expressões e palavras desconhecidas para o aluno, o que dificultará o entendimento do contexto sem a presença de um glossário; por exemplo, ele cita a **teoria evolucionista**, mas não esclarece com nitidez seu significado. Além disso, o aluno só tomará conhecimento desse conteúdo no Ensino Médio e o professor, por sua vez, deverá estar preparado para abordar essa temática com o alunado, de modo a esclarecer-lhe todas as dúvidas a respeito do assunto.

Renato Mocellin foi cuidadoso em descrever as principais características dos hominídeos, cujos fósseis ajudam a descrever o processo evolutivo do ser humano, mas ao referir-se, em um curto texto, sobre os períodos da Pré-História não disponibiliza informes sobre estes, apenas cita a duração de cada um.

Seu texto necessita complementar melhor alguns fatos da Pré-História como as características de cada período, explicar melhor o que foram as glaciações e informar sobre a existência de trabalhos arqueológicos no Brasil, assunto já presente em muitos livros escolares mas que no livro escolar de Renato Mocellin não há referência.

Ao utilizar imagens o autor inseriu legendas para melhor facilitar a compreensão destas e esclarecer o fato em si. Para trabalhar com o audiovisual ele indica uma série de filmes sobre a temática da Pré-História os quais se forem encontrados pelo professor, poderão proporcionar uma maior compreensão do fato.

Sua proposta de trabalho inclui pesquisas sobre o povoamento da América e a Pré-História do Brasil, questões estas que não foram abordadas textualmente em sua obra, o que dificultará o trabalho do professor visto que muitos desconhecem este assunto, e têm o livro didático como sua única referência para o ensino e a pesquisa escolar.

2.3 HISTÓRIA: ANTIGUIDADE E PERÍODO MEDIEVAL - MARLENE ORDOÑEZ.

Para Ordoñez, Pré-História é a grande etapa que se iniciou com o aparecimento do primeiro homem, há aproximadamente três milhões de anos, e terminou com a criação da escrita, por volta de 4.000 a.C..” E hoje, será que está eliminada a hipótese de ainda existirem povos indígenas desconhecedores da escrita e cujos hábitos datam da época do Neolítico? E os índios que aqui existiam quando Cabral chegou, já teriam o conhecimento da escrita? Alguns autores utilizam este conceito para Pré-História tendo a preocupação de esclarecer ao alunado o porquê da adoção dessa designação para a Pré-História.

Na página 10, a autora afirma: “Costuma-se dividir a Pré-História em dois períodos: o paleolítico, o mais antigo e de maior duração, também conhecido como da pedra lascada, e o neolítico, ou da pedra polida”. A autora decidiu excluir a idade dos metais da cronologia da Pré-História sem apresentar argumentações que justifiquem seu ato, nem tampouco citou o Mesolítico como fazem outros autores. Se formos comparar a divisão desse período em outros livros escolares lá estará a citação dos três períodos. Que fatores levaram a autora a tal procedimento? Ela sabe de alguma informação que lhe permita esse tipo de atitude? E o professor, notará esta falha no livro e orientará o aluno para corrigi-lo?

*(...) dividiu-se a Pré-História em três diferentes períodos para melhor compreendê-la:
Paleolítico ou Idade da Pedra Lascada (...).
Neolítico ou Idade da Pedra Polida (...)
Idade dos Metais (...) (COTRIM, p. 28)*

*Para melhor realizar os estudos e organizar os conhecimentos adquiridos (...) classificaram o tempo da Pré-História em períodos sucessivos, cujas características principais são as seguintes:
Paleolítico (...)
Mesolítico (...)
Neolítico (...) (MACEDO e OLIVEIRA, 2000, p. 240)*

Como se observa, os autores sempre citam três períodos cronológicos para a Pré-História, mesmo não acordando na citação dos períodos.

Renfrew e Bahn entendem que:

Pero también existia outro recurso conceptual que demostró ser muy útil para el progreso de la préhistoria europea: el Sistema de la Trés Edades. En 1836, el estudioso danes C. J. Thomsen (1788-1865) publicó su guía del “Museo Nacional de Copenhague” que apareció em inglés en 1848 com el título de A Guide to Northern Antiquities. En lè proponia que lãs collecciones se

dividienan entre las procedentes de la Edad de Piedra, la Edade de Bonee y la Edad del Hierro, y esta classificaci3n fue considerada de utilidad por eruditos de toda Europa. M3s tarde, se estableci3 una subdivisi3n de la primeira entre Paleol3tico o Antigua Edad de Piedra y Neol3tico o nueva Edad de Piedra. (1993, p. 25)

Como se observa, a autora do livro em quest3o n3o justificou o porqu3 de citar apenas duas das tr3s divis3es da Pr3-Hist3ria; mesmo sendo conceitos europeus, estes ainda s3o amplamente difundidos entre os livros escolares e nas institui3es de forma33o de professores.

O livro de Hist3ria: Antiguidade e Per3odo Medieval est3 repleto de falhas que dificultariam a compreens3o da evolu33o humana. No entanto, se os alunos buscarem trabalhar com outros livros did3ticos para realizarem suas pesquisas escolares como ficaria a compreens3o destes ao lidar com as contradi3es te3ricas existentes nestes livros? Dif3cil ser3 o professor explicar os porqu3s dessa falta de entendimento entre os autores dos livros escolares para os alunos. As propostas de atividades s3o simples e n3o levam o aluno a refletir, mas sim a decorarem o texto; nota-se, entretanto, a aus3ncia de textos complementares que os levem a indagar sobre a tem3tica e a realidade em que vivem. Com base nessa an3lise cr3tica, colocou-se diante do professor o seguinte questionamento: que crit3rios foram escolhidos para decidirem por tal cole33o? Segundo ele, a 10ª Regi3o de Ensino – 3rg3o vinculado a Secretaria Estadual de Educa33o do estado da Para3ba, interferiu no processo de escolha e alterou a decis3o dos docentes; que preceitos possui essa institui33o que 3 capaz de assumir o papel de um educador, sem conhecer a realidade dos alunos? Como 3 poss3vel, para ela, saber o que 3 melhor para os alunos e para a escola? Apesar de ser uma institui33o onde se concentra as informa33es e as decis3es que envolvem os trabalhadores da educa33o, essa tarefa n3o lhe compete, pois o professor est3 mais pr3ximo do aluno e cabe unicamente a ele e 3 escola selecionar o material destinado ao seu uso.

CAPITULO III

Educadores: sua compreensão sobre a Pré-História.

Objetivando colher o máximo de informações necessárias para este trabalho, realizaram-se várias entrevistas com professores no intuito de conseguir uma melhor amostragem do profissional que atua na sala de aula e a compreensão deste para com os fatos contidos na Pré-História, o que me permitirá vislumbrar melhor a visão que os professores possuem a respeito do livro didático. Essa amostragem foi realizada em algumas escolas municipais, estaduais e particulares de Sousa-PB e em uma escola municipal e outra estadual de Vieirópolis-PB. Num total foram feitos questionamentos a cinco professores que lecionam ou na 5ª e ou na 7ª séries do Ensino Fundamental.

Na pesquisa realizada, incluímos os professores do Ensino Médio, visto que estes têm um papel fundamental na formação do cidadão crítico, reflexivo e consciente. Na escolha destes observou-se apenas como critério ser educador cujo conteúdo da Pré-História esteja inserido no livro didático.

Em Sousa, existe tanto patrimônio histórico, como paleontológico e arqueológico, o que possibilita uma variedade de locais para visitação, assim como para a realização de debates levando o aluno a refletir sobre os dados que ele mesmo encontraria, diferente de apenas ler texto e ver imagens contida em um livro. Já em Vieirópolis nos deparamos com a existência de um sítio arqueológico, o qual se destaca pelo início das atividades científicas pr -históricas realizadas.

Como a maioria dos professores atua em diversos colégios, ficaria repetitivo entrevistar várias vezes o mesmo profissional, o que colaborou para uma diminuição do percentual de professores entrevistados. Como se trata de material apenas para averiguação da discussão em questão, não houve necessidade de aprofundar mais essa pesquisa, pois a amostra já nos fornece uma visão generalizada da atuação dos professores de História ao envolver a temática da Pr -História na 5ª e 7ª séries.

O que se pode perceber é que os professores estão, aos poucos, procurando adaptar-se às exigências do mercado educacional, no entanto constatou-se que apesar dos muitos anos de experiência no processo de ensino, muitos educadores não se encontram preparados para identificar as possíveis falhas que venham a existir no material didático do aluno, o que dificulta a introdução de novas atividades educativas para as aulas de História. A maioria dos entrevistados nos davam

alguma desculpa pela não visitação dos locais históricos existentes na região, e poucos que visitavam, faltava maior consistência no trabalho desenvolvido.

Fonseca faz uma observação na análise da formação do professor e da sua prática:

A idéia de que para ser professor de História, ou melhor, um “bom professor de História” é necessário apenas saber História já foi ultrapassada. Hoje, busca-se a superação da dicotomia forma/conteúdo, uma vez que não é possível conceber uma metodologia de ensino deslocada de produção do conhecimento específico. Logo, o que se busca é a compreensão da totalidade do ato de conhecer. Saber alguma coisa não é mais suficiente para o ensino, é preciso saber ensinar e construir condições concretas para o seu exercício. (FONSECA, 2003, p. 77)

Ao solicitarmos definição sobre a Pré-História do Brasil obtivemos as seguintes respostas:

*São os marcos deixados por ele.
Ainda hoje temos indícios da Pré-História do Brasil quando vemos as pegadas dos dinossauros, os índios e a sua civilidade ou costumes.*

São respostas um tanto confusas proferidas por professores com muitos anos de ensino. É difícil crer que tais educadores estejam aptos a compreender qualquer assunto que envolva a História e até definir critérios para escolher o livro didático; dar-se-á a entender que sem ele o professor fica sem orientação, sem saber o que dizer já que essa definição não existe nos livros escolares consultados. Mas ele esquece que Pré-História é Pré-História, seja ela do Brasil, da África ou da Europa. Gabriela Martin afirma: “*Admitimos, portanto, que o termo Pré-História é utilizado para definir a História de qualquer época ou país com anterioridade a existência da escrita, sem limites cronológicos ou espaciais nem dependência a determinados fatos históricos*” (p. 332).

Tal fato reafirma a total dependência do educador em relação aos materiais didáticos. Sua fragilidade e sua insegurança ao lidar com terminologia que não consta no material escolar mostra que este “profissional” da educação está repassando o conteúdo contido no livro sem ter noção da clareza dos fatos, o que torna ainda mais difícil para ele utilizar outros recursos didáticos fora o livro. Isso justifica a não-visitação desses professores a sítios arqueológicos ou a outros monumentos, sejam eles localizados em Sousa ou em Vieirópolis.

Com relação à Pré-História do Brasil Gabriela Martin se expressa da seguinte forma:

Em consequência, o estudo da Pré-História do Nordeste do Brasil, nos seus fundamentos básicos, pretende chegar a conhecer as origens do povoamento, as tradições culturais dos caçadores-coletores e os agricultores, as estratégias de sobrevivência dos diferentes grupos que povoaram a região (...). (p. 332).

Somos sabedores das dificuldades dos professores em aperfeiçoar-se diante da alta carga horária, gerando uma árdua jornada de trabalho, porém eles não podem esquecer que educar ainda é o objetivo de sua profissão, e para tanto é necessária preparação e aperfeiçoamento constantes.

... é preciso reconhecer o óbvio: o professor de História não opera no vazio. Os saberes históricos, os valores culturais e políticos são transmitidos na escola a sujeitos que trazem consigo um conjunto de crença, significados nos outros espaços educativos. Isso implica a necessidade de nós professores, incorporamos no processo de ensino aprendizagem outras fontes de saber. (FONSECA, 2003, p. 37)

É preciso que o professor instrua-se mais, conheça a História de sua localidade identificando materiais históricos que possam ser utilizados como suplemento, no intuito de facilitar sua função de educar.

Nas entrevistas realizadas entre alguns professores de História, ao indagarmos se consultavam ou não, outras fontes além do livro didático as respostas obtidas foram:

Apostilhas com textos de livros, jornais. Sendo mais livros didáticos e jornais incluindo mapas.

Internet, audiovisual.

Textos, jornal Mundo Jovem e outros livros.

Não oferece recursos.

Nota-se a escassez de mecanismos utilizados pelos professores para diversificar os recursos didáticos disponíveis no ensino, abrindo espaço para que somente o livro didático seja utilizado pelo educador, quando ele deveria buscar novas leituras que o possibilitem assimilar melhor o conteúdo a ser trabalhado na sala de aula, pois o livro didático já é uma coletânea de fragmentos de textos que tiveram que passar por um tipo de triagem dos editores de livros escolares para redução dos custos e a melhoria da visualização, não sendo este a melhor fonte que o educador recorra para eliminar suas dúvidas.

A deficiência de professores formados em História já dificulta a compreensão de questões pertinentes tanto à Pré-História como da História em si, mas colocar “educadores” não capacitados para ensinar determinada disciplina agrava a sistematização de conhecimentos para o aluno. Como este suposto educador poderá esclarecer as dúvidas do aluno se ele não está apto para tal, se as fontes que ele consulta, na maioria das vezes, são as mesmas utilizadas pelo aluno? Como ele encontrará subsídios para esclarecer ao estudante a importância da Pré-História como elemento vital na compreensão do processo evolutivo do ser humano, dos laços que desenvolveram ao longo dos milênios?

Alguns professores, alvos das pesquisas, questionaram a respeito da capacidade intelectual da criança em assimilar conhecimentos tão profundos como a Pré-História e a História das grandes civilizações, como o Egito e Roma. Vale ressaltar que vários professores entrevistados não demonstravam ter conhecimentos necessários para validar tal argumento, fazendo-nos imaginar que a resistência desses educadores deve-se a falta de conhecimento nestas áreas gerando assim insegurança. Os autores do PCN de História garantem que:

Os alunos já dominavam noções temporais e reconhecem o calendário atual no início do terceiro ciclo. Cabe ao professor identificar seus conhecimentos e desenvolver trabalhos mais aprofundados sobre padrões de medida de tempo e respectivas Histórias, para que possam, de modo autônomo, localizar fatos e sujeitos nas devidas épocas e, dessa forma, ao longo da escolaridade, aprenderem a discerni-los por critérios de anterioridade, posterioridade e simultaneidade. (1998, p. 54)

Como se observa, estudos realizados pelos PCN’s asseguram aos alunos, das séries iniciais do terceiro ciclo, capacidade para assimilar os conteúdos tanto da Pré-História como das civilizações antigas, cabendo ao educador possuir capacidade para desempenhar tal tarefa.

Num dos questionamentos para os professores havia a seguinte questão: *você acha que a introdução à História pelas civilizações antigas e os povos pré-históricos, nas quintas séries seria a melhor opção dada a quantidade de informação que o aluno recebe?*

Prontamente responderam:

Pela História do Brasil, o que daria continuidade ao conteúdo do primário.

Inicial o estudo pelos primeiros grupos sociais – a família, depois região e Brasil. O ideal seria só na oitava série.

Ao perguntar a outro professor uma definição sobre Pré-História ele disse; *”começo da História, muitos anos antes de Cristo. Quando surgiu a Idade Média, Moderna e a escrita.”* Como se percebe, este “educador” da História inseriu na resposta épocas que, obviamente, não pertencem ao período em questão, fazendo-nos indagar: qual a capacidade deste “profissional” em esclarecer o conteúdo de História a seus alunos? Que critérios ele usará para definir o livro para o aluno? De que forma ele compreenderá a Pré-História e a História?

Em um dos municípios onde a coleta de dados ocorreu pudemos observar que, mesmo tendo curso superior, havia educadores que não possuíam nem o mínimo de conhecimento necessário para responder questões simples como: definir Pré-História; definir Pré-História do Brasil. Observa-se nas respostas a essas questões insegurança e falta de compreensão. Talvez em sua área de atuação acadêmica tivesse a oportunidade de desenvolver melhor seu trabalho. Esse é um dos problemas existente na História enquanto disciplina escolar, seja em escola pública ou privada, sempre vão defender a idéia que para lecionar não é necessário um profissional formado na área, mas apenas um educador com capacidade de interpretar um suposto conhecimento trazido pelo livro didático para o aluno.

A escolha do livro didático cabe ao professor e à escola, e para poder escolher deverá o professor estar qualificado, tarefa que atualmente não tem sido das mais fáceis para um profissional que necessita de condições para atualizar-se.

Formado, o professor de História, como tanto outros, envolve-se com encargos familiares, com a luta pela sobrevivência e quase sempre não dispõe de tempo e nem de dinheiro para investir em sua qualificação profissional. (SCHMIDT, 2002, p. 55)

A falta de infra-estrutura adequada nas escolas, aliada a pouca remuneração do professor constituem-se motivos que colaboram para que o professor não disponha de meios para adaptar-se aos novos tempos e às novas exigências da sociedade tecnológica. As constantes melhorias na tecnologia permitem que o fluxo de informações seja mais denso e lépido, exigindo do educador a capacidade de discernir várias questões, levando-as à reflexão em sala de aula. A política

educacional brasileira tem procurado seguir os avanços técnicos da sociedade de forma a assegurar o conhecimento dessas novas tecnologias aos jovens brasileiros.

O alto consumo provocou, no Brasil, um rápido desenvolvimento na indústria editorial, influenciando mais tarde na padronagem dos livros e passando a servir de modelo para toda uma população, sem haver preocupação com a realidade sócio-cultural de cada região.

O livro didático, no entanto, continua sendo o material didático referencial de professores, pais e alunos que, apesar do preço, consideram-no referencial básico para o estudo, e em todo início do ano letivo as editoras continuam colocando no mercado uma infinidade de obras, diferenciadas em tamanho e qualidade. (BITTENCOURT, 2002, p. 71)

Muito mais que um instrumento de divulgação do saber, ele, o livro escolar, é um produto comercial e como tal sofre a influência do mercado de tal forma que o escritor, praticamente, deixa de opinar na “construção” desse material que passa pelas mãos de diversos profissionais cujo objetivo é agradar aos pais e alunos, recheando o livro didático com figuras, mapas e textos resumidos dando a entender que a História se resume apenas naqueles fatos, ali exposto.

Este material didático deveria ser utilizado apenas como um instrumento complementar, mas aos poucos se tornou a peça chave no processo ensino-aprendizagem, não só para o aluno, mas também para o professor que passa a disponibilizar-se do “manual” de instruções no qual já estão definidos todos os passos que deveria seguir.

O livro didático é um produto complexo, ele é o referencial de conhecimento do professor, servindo de veículo de transmissão dos valores dos grupos dominantes, de uma sociedade branca e burguesa que não se encaixa no caldo étnico que é o Brasil.

Os usos que professores e alunos fazem do livro didático são variados e podem transformar esse veículo ideológico e fonte de lucro das editoras em instrumento de trabalho mais eficiente e adequado às necessidades de um ensino autônomo (ibid, p.73)

Muitos professores desconhecem o fato de que o material didático é um importante instrumento ideológico, e a incapacidade de muitos profissionais do ensino em questionar esse

recurso didático acaba prejudicando a produção do saber, que passa muitas vezes a fazer da História matéria educativa de fatos heróicos e datas comemorativas.

O que se observa no material didático é a forte presença de ilustrações cujas pesquisas têm demonstrado que elas ajudam na memorização do conteúdo, mas têm tomado espaço precioso neste instrumento escolar.

O livro didático representa para muitas escolas a única fonte de conhecimento e de pesquisa, muitos professores procuram adotar o livro analisando o que ele traz para facilitar seu trabalho a partir de parâmetros como a existência de atividades já elaboradas e respondidas ou se os textos são simples e curtos para facilitar a fixação por parte dos alunos. Ao longo dos anos, ele passou por várias modificações, a forma que o texto era escrito, a seleção de imagens, o papel utilizado, alterações necessárias para conquistar um mercado consumidor e não para ser utilizado como fonte de saber, acarretando uma menor participação dos escritores em suas obras, chegando a serem excluídos desse processo restando a eles, unicamente, o empréstimo de seus nomes aos técnicos das editoras que ficariam encarregados da colagem dos textos e das imagens.

As imagens visuais não têm o mesmo estatuto do texto escrito, mas é necessário observá-las de modo diferente, como um interlocutor privilegiado do texto escrito, compartilhado no texto cultural, com suas especificidades materiais e formais e História própria. Muitas pesquisas na área da História têm avançado nesse campo, elaborando o que poderíamos chamar de uma História da visualidade. Na História da Educação, as imagens têm sido utilizadas, na maioria das vezes, como um apoio para a comprovação de um texto escrito.

(...) considerando que existe sempre falta de material iconográfico na maior parte das precárias escolas públicas, onde projetores de slides ou aparelhos de vídeos, sem falar nos modernos computadores que hoje compõem os laboratórios de várias escolas da rede particular, nem sempre existe ou estão à disposição dos professores. Nesse sentido, a utilização mais cuidadosa do livro didático pode facilitar a introdução de leituras de linguagens iconográficas junto aos alunos. (BITTENCOURT, 2002, p. 86)

Nossa sociedade hoje, vive num processo contínuo de avanço tecnológico empurrando os educadores a compreender como utilizar tal recurso na melhoria das suas aulas, o que indiretamente acaba por interferir no processo de ensino-aprendizagem. As escolas continuam a utilizar seus métodos esclerosados de ensino, baseados no discurso oral/escrito dos professores e no livro

didático, embora muitos educadores ofereçam resistência às novas tecnologias escoradas em uma didática milenar. Em parte, a “culpa” pelo fracasso até aqui experimentado pode se dever, além dos equívocos na formação dos professores ou até à inexistência de professores especializados, à baixa qualidade de um material didático pouco interativo e inadequado ao uso pedagógico. Entretanto, alguns livros didáticos não conseguem ou não querem acompanhar essas modificações. Por vezes, os erros e as desatualizações se apresentam ainda mais primários, as informações veiculadas pelo livro didático são, na verdade, autênticos disparates, deixando claro que os autores não dominam o conteúdo sobre o qual escrevem.

A presença de iconografias no livro remota ao século XIX, demonstrando a sua importância de associar imagens e texto; as editoras por sua vez, sentiram a força deste recurso e passaram a disponibilizar pessoal cada vez mais técnico apenas para trabalhar com a escolha das imagens, apresentando fatos curiosos e intrigantes para o aluno como o fato de D. Pedro II ser mais velho que D. Pedro I.

Nos livros didáticos há uma tendência cada vez maior de utilizarem-se imagens que atraiam a atenção do leitor; muitas vezes a escolha do livro escolar é realizada com base não na qualidade textual, nem na quantidade dos exercícios propostos, mas na qualidade das imagens e na quantidade destas. Assim, por que não utilizar as imagens contidas no sítio arqueológico, já que estes são os primeiros elementos que ajudam a identificar um abrigo pré-histórico? As pinturas e gravuras existentes nos painéis muitas vezes representam cenas que ainda se encontram presentes na sociedade moderna: sexo, homossexualismo, religião, festividade e todo este material encontra-se à disposição da comunidade e da escola suprimindo a deficiência de localidades que não possuem bibliotecas, museus ou monumentos.

CAPITULO IV

Ensino de Pré-História: Reflexões.

Tendo como uma de suas características lidar, apenas, com fontes materiais a Arqueologia oferecerá ao professor de História, do Ensino Fundamental e Médio, uma poderosa ferramenta para o incentivo à pesquisa.

A maior parte dos estudos recentes, entretanto, concordaria que “a Arqueologia é uma ciência social, no sentido de que ela tenta explicar o que acontece com grupos humanos específicos, no passado, e generalizar sobre os processos de mudança cultural” (Trigger, 1990, p. 19). Ela é considerada como uma disciplina independente, intimamente relacionada com a História e com as outras ciências sociais (Otto, 1975, p. 11; Patterson, 1990, p. 5). (FUNARI, 1998, p.8)

Em algumas localidades interioranas, quase sempre se conhece uma “pedra dos letrados”, cujas associações dão lugar a verdadeiros “causos” contados pelos moradores, que por falta de informações acabam por provocar a sua destruição. No entanto o professor de História poderá realizar uma variedade enorme de atividades em tais locais, diversificando sua aula e incentivando o aluno à pesquisa, por exemplo: a História do município de Vieirópolis que na narrativa oral sempre cita a existência de índios durante o período de ocupação desta área, e o professor de História poderia utilizar das “(...) informações sobre os rituais funerários e formas de enterramento dos “antigos”, transmitidos por tradição oral e também danças e mitos que podem ser identificados na pintura rupestre (MARTIN, 1999, p. 337), resgatando a História destes povos na comunidade e transformando-a em fatos históricos e não apenas em mitos narrados pela lembrança dos velhos.

Por ser uma ciência que lida, eminentemente, com fontes materiais pode se considerar o quanto dificultoso será para o professor de História compreender e acompanhar o desenvolvimento da Arqueologia brasileira, para não dizer mundial. Sabemos que o professor já possui dificuldade em acompanhar as inovações das correntes teóricas da História. Apesar das dificuldades impostas não só ao professor de História, mas a toda essa categoria de profissionais, manterem-se atualizados enquanto profissionais, é essencial ao seu crescimento.

Dessa forma, a Arqueologia servirá como portal para a iniciação à pesquisa e promoção da melhoria do ensino, já que esta ciência poderá oferecer ao professor ampla diversificação das abordagens em questões como: evolução humana, desenvolvimento agrícola, revolução urbana,

modificações na natureza pela ação humana além de possibilitar uma comparação entre o período ágrafo de nossa História e o tempo presente. Nem é preciso mencionar, neste caso, o caráter eminentemente multidisciplinar próprio da arqueologia Pré-Histórica.

Em suma, a Arqueologia coloca-nos, a nós vivos, em face dos mortos da nossa espécie. A humanidade, segundo Augusto Comte, compõe-se mais de mortos do que de vivos (...) No outro extremo, o da maioria dos dados arqueológicos, apenas podemos entrever a minoria da humanidade. As escavações e os achados fortuitos informam-nos quase sempre sobre aqueles que nunca tocaram num instrumento. (MOBERG, p. 196)

Procurar abordar o estudo da Pré-História de forma questionadora e investigativa com visitação “in loco” abre possibilidade ao professor para uma maior interação com o seu alunado. Essas aulas expositivas desenvolvidas em um “museu natural” possibilitará ao aluno conhecer uma realidade somente vivenciada de forma teórica, em sala de aula.

Leroi-Gouhan assim definiu a importância dos sítios arqueológicos:

Entre milhões de locais onde o homem viveu, um sítio pré-histórico é, em suma, um lugar que escapou mais ou menos às destruições do tempo. Proporcionalmente à superfície da terra, estes locais são poucos numerosos. Não contêm todos os tipos de documento (1983, p. 18)

Tais locais deveriam servir de “laboratório didático” para os professores. Sítios arqueológicos possibilitam uma ampla variedade de opções didático-pedagógicas, podendo-se abordar questões como arte, organização social, tecnologia e ecologia segundo uma orientação multidisciplinar, tendência da ciência moderna. Além disso, poderão aproveitá-los para discutir questões ambientais dentro de sua sociedade. Por exemplo, observando-se as figuras existentes no painel de um sítio arqueológico é possível traçar um perfil da interferência humana no ecossistema, e ver até onde essa ação prejudica o entorno onde o homem está inserido.

Reunindo pacientemente milhares de pormenores exactos, retirados do exame das pedras, das areias dos rios, da argila das cavernas, das marcas das plantas ou dos polens fossilizados, do mais pequeno dente do mais pequeno dos animais, contando uma a uma as frágeis folhas de argila que as glaciares abandonam em cada estação, desenhando mapas, conjugando todos os resultados obtidos, eis que a Pré-História, essa ciência que, a principio, estávamos a ponto de considerar quase impossível, acaba já de nos

oferecer o verdadeiro rosto do passado da espécie humana. (ibid, p. 42)

O professor não precisará, obrigatoriamente, ser um especialista nesta área. Basta procurar informações gerais para compreender esta longa extensão temporal que antecede a História, mas nem por isso dela se desvincula. O homem sempre buscou compreender o passado. Sempre foi um curioso a respeito de sua origem. E esse enigma que tenta decifrar com a ajuda da Arqueologia acaba tendo na História um importante aliado. Hoje é necessário que cada professor tenha capacidade argumentativa para abordar questões não só de sua área de atuação, mas àquelas ligadas a outras ciências.

Como sucede a menudo en la arqueologia, los datos no hablan por sí solos: tenemos que plantear la preguntas correctas e idear los medios de constestarlas. Aquí radica la diferencia respecto a la antropologia social o cultural, en la que el observador pude visitar la sociedade viva y llegar rápidamente a conclusiones sobre sus estructuras sociales y de poder antes de pasar a otros temas, como los aspectos del sistema de parentesco o los pormenores del comportamiento ritual. El arqueólogo social tiene que trabajar sistematicamente para conocer simplemente los puntos básicos, pero la recompensa es valiosa: la comprensión de la organización social , no sólo de las sociedades actuales o del pasado más reciente (como em la antropologia cultural) sino también de posibilidades que ello ofrece para el estudio del cambio. (BAHN e RENFREW, 1993, p. 161)

A Pré-História pode contribuir com inúmeras opções para o professor de História. Ao levar os alunos para visitar um sítio arqueológico proporcionará aos pré-adolescentes uma “viagem” através de um espectro cronológico mais amplo que os ofertados normalmente pela História. Da simples observação dos painéis rupestres, questionamentos poderão ser feitos com o objetivo de fazer com que o aprendizado ocorra através das observações dos próprios alunos, tendo o professor a função de orientar os métodos para proporcionar a conclusão da resposta por parte deles.

A Arqueologia busca responder às indagações que o homem faz a um passado no qual a História não teria condições de solucionar por si só. Mostrar ao aluno parte deste complexo passado é tarefa do professor de História.

As possibilidades de reflexão que a Pré-História coloca para o professor são diversas, não constituindo nenhum empecilho para que o educador possa trazer à tona questões ligadas à própria comunidade, mesmo aquelas com poucos habitantes.

Neste sentido, o livro didático deve ser entendido como um dos instrumentos utilizados para aplicação da metodologia escolhida pelo professor, o livro didático, em si, não propicia o processo de conhecimento. O processo ensino-aprendizagem não depende do livro didático, mas da metodologia escolhida e das finalidades da educação. (WASSERMAN, 2001, p. 254)

Dessa forma, ele, o professor, poderá acabar com a idéia de que tudo na História tem começo, meio e fim; que todo processo histórico está inserido num mesmo panorama, e que a Pré-História, ocorrida na Europa, seria a mesma para o resto do planeta tendo ocorrido no mesmo período e tendo a mesma duração. O estudo da Pré-História do Brasil serviria como um exemplo de que essa visão simplista da História não pode aplicar-se, generalizar-se, competir com a visão eurocêntrica que ainda impera nos livros escolares.

O professor de História poderá abordar nos sítios arqueológicos a questão da imagem, fazer com que o aluno possa realizar sua própria leitura da iconografia rupestre; o que proporcionará, por exemplo, as seguintes indagações: Qual a relação entre o texto e a ilustração? Por que foram produzidas? O que ela representa? Despertando, assim, o interesse do aluno em realizar pesquisas que possam levá-lo a suposições dentro do contexto histórico. Existindo a possibilidade de o professor trabalhar com questões atuais, comparando as pinturas rupestres com as existentes no livro e outros materiais como jornais e revistas que contenham notícias sobre a questão indígena.

A introdução de figuras ajuda a fixar na mente dos alunos cenas do objeto descrito no material didático. Dessa forma não se pode ignorar tão precioso recurso na melhoria das aulas. No que se refere à Pré-História os painéis rupestres mexem com o imaginário, despertam a curiosidade e os conduzem à reflexões.

Segundo Bittencourt, a utilização de recursos visuais é um forte componente para fixar o conhecimento, para ela:

Trata-se de um momento em que o observador fará uma leitura geral da ilustração, deixando fluir as relações que estabelece entre o que está vendo e as outras imagens (...), a imagem fixa gera, na seqüência da observação, descrições e narrações, criando "textos intermediários orais e verbais pelos observadores" e o aluno, ao descrever o que está vendo, estabelece articulações com outras experiências porque "a imagem, finita, simultânea, é percebida pelo olho mas transmitida pela palavra" (LEITE). (BITTENCOURT, 2002, p. 87-88)

Os registros rupestres representam uma fonte de inesgotáveis interpretações a respeito da sociedade pré-histórica, podemos fazer numerosas indagações a respeito do significado dos desenhos, visto que estes permitem aos alunos divagarem no tempo histórico, podendo fazer suas próprias interpretações, suas próprias conclusões.

O aluno poderá perceber que a nossa História seguia um rumo diferente da História européia, por isso o professor deverá estar apto a propiciar o conhecimento necessário para que o aluno discorra a respeito do que ele vê. A nossa culinária, por exemplo, difere da utilizada pelas comunidades primitivas da Europa, a arte de preparar a mandioca brava em um alimento útil é uma prova substancial da nossa cultura e que, em parte, é esquecida ou encoberta por desconhecimento do fato em si.

Muito antes que a arte rupestre representasse para a ciência uma fonte inesgotável de dados para o conhecimento das sociedades pré-históricas, a preocupação em se conhecer e "decifrar" o que os registros rupestres queriam dizer, produziu enorme quantidade de bibliografia, desde trabalho serio às fantasias mais desvairadas (...) muitas dessas interpretações aproximam-se bastante da realidade (...)
(MARTIN, 1997, p. 247)

As indicações contidas no parâmetro de História sobre registro rupestre é uma amostra do quão amplo é este campo para trabalhar na sala de aula, visto que hoje a historiografia consegue atingir uma grande diversidade cultural. Utilizar fotos, revistas, livros, jornais, o que esteja à mão do profissional é valido para se tentar compreender o fato presente, tentar chegar a um consenso em relação ao passado do homem. Como se observa, a utilização das imagens "in loco" poderá contribuir para uma maior assimilação de um conteúdo tão complexo como a Pré-História, dando a oportunidade de o aluno visitar uma das primeiras formas de moradia que se tem registro, além do que este aluno poderá constatar as observações levantadas no local e compara-las com as contidas no seu livro de História. O conhecimento do docente é essencial para o desempenho de tal atividade, saber este que nem sempre é ofertado por um profissional da área, considerando-se o risco de ocorrer distorção do conhecimento histórico.

Fazer os alunos refletirem sobre as imagens que lhes são postas diante dos olhos é uma das tarefas urgentes das escolas e cabe ao professor criar as oportunidades, em todas as circunstâncias, sem esperar a socialização de suporte tecnológico mais sofisticado para as diferentes escolas e condições de trabalho que enfrenta, enormes

diferenças sociais, culturais e econômicas pela política vigente. (BITTENCOURT, 2001, p. 89)

O que se observa nas escolas públicas, e de certa forma nas particulares, é como o livro didático tornou-se tão essencial, ou seja, como ele passou a ser o dono da verdade, uma verdade absoluta aos olhos da grande maioria dos professores, quando na verdade ele deveria ocupar a posição de complemento das atividades do professor. Mas a escassez de educadores formados que atuem em suas respectivas áreas do conhecimento, somado ao pouco incentivo financeiro e à interferência política, são fatores que colaboram para que haja uma debilidade no processo educacional brasileiro.

O despreparo dos professores os torna incapazes de questionar o livro didático, fazendo com que este seja escolhido pela quantidade de imagens ofertadas, pela facilidade de exercícios a resolver e de fácil compreensão. Tal condição colabora para que boa parte dos professores de História não consiga acompanhar as mudanças no conhecimento histórico, seja essa dificuldade por questões financeiras ou de compreensão dessas modificações, o que permite a não-incorporação de outras práticas didáticas na sala de aula. Observa-se tal ocorrência em localidades onde existe sítio arqueológico, onde as referências adotadas são as propostas contidas no livro escolar, que em grande medida tratam da Pré-História européia negligenciando a Pré-História brasileira.

O profissional responsável não está em busca de um livro didático padrão, ideal, mas é capaz de manter atualizado e vivo o conhecimento da trajetória da disciplina e os debates que concederam à História o estatuto de ciência da sociedade. (WASSERMAN, 2000, p. 255)

O professor não pode ser um mero reproduzidor de conhecimentos do livro didático, ele deverá ser um crítico, abordar as diferentes realidades que a História apresenta ao historiador, ou seja, mostrar ao aluno que na História as verdades dependem do ângulo que se olha.

Por isso, é fundamental que, na prática da formação docente, o aprendiz de educador assuma que o indispensável pensar certo não é presente dos deuses nem se acha nos guias de professores que iluminados intelectuais escrevam desde o centro do poder, mas, pelo contrário, o pensar certo supera o ingênuo tem que ser produzido pelo próprio aprendiz em comunhão com o professor formador. (FREIRE, 2000, p. 43)

É preciso que o professor tenha interesse em buscar outras fontes de informações além do livro didático, e adquira a capacidade de argumentar com segurança sobre os fatos do dia-a-dia, sobre os acontecimentos históricos, de modo que o educador contribua para a aguçar a curiosidade do aluno, incentivá-lo a pesquisar e a responder seus próprios questionamentos.

*Como professor devo saber que sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não **aprendo** nem **ensino**. Exercer a minha curiosidade de forma correta é um direito que tenho como gente e a que corresponde o dever de lutar por ele, o direito à curiosidade. Com curiosidade **domesticada** posso alcançar a memorização mecânica do perfil deste ou daquele objeto, mas não o aprendizado real ou o conhecimento cabal do objeto. A construção ou a produção do conhecimento do objeto implica o exercício da curiosidade, sua capacidade crítica de “tomar distância” do objeto, de observá-lo, de demilitá-lo, de cindi-lo, de “cercar” o objeto ou fazer sua aproximação metódica, sua capacidade de comparar, de perguntar. (ibid, p. 95)*

Essa afirmação de Paulo Freire nos remete à realidade do nosso dia-a-dia, são poucos os professores de História que procuram fazer com que o aluno questione, com que o aluno aprenda. Ainda é comum nas escolas encontrarmos professores que passam atividades com questionamentos simples, não operando nenhum incentivo à pesquisa. E muitas vezes a facilidade de responder as questões propostas no livro didático é um grande referencial para a escolha do livro escolar. Não havendo, como afirma Paulo Freire, curiosidade, o educador desenvolverá a mecanização do saber, e não o aprendizado real.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino.
Paulo Freire.

A História tem conseguido, ao longo de sua existência, diversificar suas fontes para a “montagem” do passado, hoje os historiadores procuram usufruir das fontes escritas, visuais, orais e da memória da coletividade, preocupando-se sempre com a legitimidade, com a veracidade dos dados pesquisados garantindo tornar a História mais próxima da realidade.

O professor de História tem a obrigação de desenvolver pesquisas em sala de aula, teoricamente, no entanto, para tal atividade ele deverá estar apto a ser um professor e/ou pesquisador capacitando seus alunos a desenvolverem uma compreensão mais crítica a respeito da sociedade. Ignorar a existência da Arqueologia brasileira é desprezar a História dos primeiros habitantes brasileiros, é reforçar a visão de uniformidade para a evolução dos povos; trabalhar com mais ênfase neste assunto possibilitará que o educador sensibilize os alunos para os problemas da comunidade na qual se integram, vivem e interagem.

O nascimento da Arqueologia pré-histórica teve como consequência uma “libertação da História”, que deixou então de depender totalmente das fontes escritas, das línguas “verbalizadas”. (MOBERG, 1968, p. 185)

A História oferece aos professores ampla possibilidade para trabalhar na sala de aula, procurando envolver os alunos na construção do seu próprio saber, e para isso é necessário que haja motivação por parte dos professores em sair da monotonia das aulas decorativas, de História; neste momento a Pré-História conferiria diversificação destas proporcionando diálogos com o objeto e conferindo aos jovens maior capacidade de compreensão histórica.

Uma Arqueologia isolada não teria sentido seria uma Arqueologia estéril, sem importância para lá dos seus próprios limites. Só a combinação dos dados da Arqueologia com informações (etnográficas, históricas, sociológicas, etc) sobre os homens vivo a torna eficaz. Esta combinação de informações exige uma dupla competência de um mesmo investigador ou a cooperação de especialistas de diversa formação. Neste último caso, é necessária uma certa orientação mútua, e é duvidoso que o ensino actual responda a estas exigências (ibid, p. 159)

Apesar das dificuldades que este profissional da educação brasileira tem passado, muitos procuram melhorar a aprendizagem do aluno com a utilização dos instrumentos ofertados pela Arqueologia, os quais poderão oferecer melhorias na qualidade das aulas.

Dessa forma o ensino nas séries iniciais do Ensino Fundamental, precisará ser exposto de forma simples e de fácil compreensão para esses alunos. Diversificar as aulas seria o primeiro passo para facilitar aos alunos adentrarem nesta nova visão da História, ou seja, adquirirem uma maior aproximação com o seu cotidiano.

Colin Refrew e Paul Bah em “Arqueologia, Teorias, Metodos y Practicas” já afirmavam que “*La Arqueologia es, en parte, el descubrimiento de los tesoros del pasado, el trabajo meticuloso del analista científico y el ejercicio de la imaginación creativa*” (p. 9). As fontes materiais para o arqueólogo pré-historiador são mais imprescindíveis do que para o historiador por se constituírem nas únicas disponíveis. É através destas fontes que ele dá “voz” aos mortos e reconstrói culturas. Eles ainda afirmam que:

Dado que el propósito de la Arqueologia es la compeesnión del género humano, constituye una disciplina humanisitica, una ciencia humana. Y ya que se ocupa del pasado del hombre, es una disciplina histórica. Pero se diferencia del estudio de la historia escrita – aunque la utiliza em un aspecto fundamental. El material que encuentra el arqueologo no nos dice de forma directa que debanós pensar. El registro histórico hace declaraciones, ofrece opiniones, emite juicios (aunque estas declaraciones, e estas juicios deban ser interpretados). (1993, p. 10)

Como já foi discutido, o arqueólogo pré-historiador possui estreitas ligações com a História. Ela resgata e analisa as fontes vestigiais primárias. Suas descobertas auxiliam no estudo de uma realidade onde a escrita, como a conhecemos, não existia, contribuindo para o “resgate” desta cultura e da evolução humana, imprescindíveis para o entendimento da atual existência da Espécie. Moberg afirmava que: “*É verdade que depois se admitiu (Grant Larousse, 1960-1968) que um dos ramos da História é a “Pré-História” e que a Arqueologia, embora sendo “imersa e obscura”, possui instrumentos e métodos que se incluem nos da História*” (1968, p. 190). Para Gabriela Martin

Quando um arqueólogo desenterra, nas suas pesquisas, pontas de flecha, machados de pedra, vasilhames de cerâmica ou descobre pinturas e gravuras desenhadas nas rochas, esta procurando o caçador, o agricultor, ou o artista pré-histórico que, durante milênios, povoou e adaptou sua existência ao duro “habitat” dos sertões

nordestinos e ocupou o litoral coberto pelas florestas da mata atlântica (1997, p.335).

A Pré-História do Brasil tem conseguido avanços significativos, tornando-se um dos principais referenciais para o americanismo contemporâneo. No entanto, nota-se que alguns autores de livros didáticos dão preferência à arqueologia européia, deixando de lado o trabalho dos pesquisadores brasileiros.

É como se os livros todos a cuja leitura dedica tempo farto nada devessem ter com a realidade de seu mundo. A realidade com que eles têm que ver é a realidade idealizada de uma escola que vai virando cada vez mais um dado aí, desconectado do concreto. (FREIRE, 2000, p.30)

Em muitas localidades do Nordeste brasileiro praticamente não existem fontes que sejam merecedoras de objeto de estudo por parte dos professores, mas em compensação as pesquisas realizadas em São Raimundo Nonato, Estado do Piauí, despertaram a sociedade brasileira para a riqueza arqueológica que possuímos, e esse patrimônio é, em muitas localidades encontrado com frequência, como ocorre na Bacia do Rio do Peixe, localizada no Alto Sertão Paraibano, com um riquíssimo patrimônio tanto paleontológico como arqueológico.

Em termos de Pré-História, existe no município de Vieirópolis no Estado da Paraíba, sítios arqueológicos com trabalhos iniciados, mas que são desconhecidos, em importância, tanto pela sociedade como por boa parte dos professores que ignoram esse patrimônio em suas atividades escolares, quando na verdade poderiam utilizá-lo para aperfeiçoar suas metodologias, bem como para facilitar e melhorar a qualidade do ensino naquela área.

Tivemos a oportunidade de entrevistar os professores das escolas pertencentes a este município. E posso afirmar que 90% deles e inseridos na temática deste trabalho, não estão aptos a desenvolver uma metodologia eficiente que envolva a Pré-História ou a História. A falta de conhecimento é explícita quando realizamos qualquer questionamento acerca da História contida no seu material escolar, o que dificulta o entendimento das questões historiográficas impossibilitando desenvolver um trabalho de pesquisa que possibilite trabalhar com a História oral. A limitação de informações colabora para que estes “educadores” dificultem a utilização dos sítios arqueológicos existentes na região, desconhecendo como utilizar tal patrimônio no processo educativo, realizando muitas vezes simples visitações seguidas de produção textual.

A aquisição de elementos que fundamentem uma visão realista tanto do tempo presente como de fatos do passado é de necessidade do professor de História para criticar as informações contidas no livro didático e poder acompanhar os fatos do presente.

A História na sala de aula torna-se enfadonha e cansativa para o aluno. No entanto, este procura, nos meios de diversão, temáticas históricas e fica fascinado em ver a reconstrução de um passado o qual só conhecia através do material didático. Então quando surge a oportunidade de o professor levar a campo estudantes para visitarem algum patrimônio histórico ou arqueológico, estará proporcionando-lhes uma forma de interagir com o objeto histórico.

Portanto, cabe à Escola responder ao desafio que estas múltiplas necessidades suscitam: reencontrar os nexos, entre os vários níveis de abordagem do real, e saber situá-las no quadro curricular, em termos de construção de um conhecimento rigoroso que não exclua a resposta às necessidades emocionais profundas dos indivíduos e dos grupos no seu caminhar da infância para a maturidade, das percepções afetivas iniciais para a consciência profunda e crítica da sua identidade pessoal e social.

O avanço dos modernos meios e formas de comunicação, notadamente os ligados à produção de imagens, registro orais, filmes e vídeos, tem sido responsável por muitos e novos desafios colocados ao ensino de História, tradicional e convencionalmente marcado pela uso predominante, quase exclusivo, de fontes escritas. (NEVES, 2000, p. 112)

Conhecer a origem da História da localidade, resgatar a importância do índio como habitante original do Sertão poderia ser encaixado no estudo da Pré-História; poderia mostrar ao aluno o porquê de conhecer a Pré-História. No entanto, a desinformação dos professores em relação ao estudo das comunidades pré-históricas tem provocado “*A preocupação pelo ensino da Pré-História nas escolas e nas universidades...*”. (MARTIN, 1999, p. 335), e se formos estender essa preocupação para outras etapas da História o resultado poderá ser alarmante.

O livro didático tornou-se o ator principal do sistema educacional brasileiro, dessa forma qualquer cidadão que possua conhecimento mínimo para compreendê-lo será designado apto a ensinar, seja a Pré-História, História, Geografia ou qualquer que seja o conteúdo contido no currículo escolar.

Um grande conjunto de variáveis pode ser responsabilizado pelo relativo insucesso de renovação do ensino de História, destacando-se, principalmente, o

descaso a que vem sendo submetido a educação brasileira por parte das autoridades governamentais. Na verdade, podemos afirmar que o quadro negro ainda persiste na educação brasileira, muitas vezes como único recurso na formação do professor e no cotidiano da sala de aula. (SCHMIDT, 2002, p. 55)

Apesar de sermos sabedores da falta de estímulo financeiro para um melhor desempenho em sala de aula, nota-se o despreparo e a ausência de conhecimento do professor, o que acarretará problemas no desenvolvimento dos trabalhos escolares e a incompreensão do conteúdo escolar, fato que, com certeza, refletirá no perfil profissional do educador, provocando desestímulos para o aprendizado no processo histórico.

O livro didático brasileiro, seja ele da História ou da Geografia, dificilmente não deixará de ser alvo de críticas pelas falhas que apresentam. Tentar, pois, inserir em poucas páginas milênio de conhecimentos é um pouco complicado tendo em vista o tempo para o aprendizado destinado ao aluno. Neste trabalho podemos vislumbrar que tanto o professor de História do Ensino Fundamental da 5ª e 7ª séries, seja ele da escola pública ou particular, não estão aptos, em sua maioria, a lecionarem conteúdos pertinentes à Pré-História ou à História. A falta de preparo, de conhecimento atrapalhará qualquer compreensão do assunto por melhor que seja o livro escolhido; este por outro lado, está repleto de opções no mercado editorial destinado a cativar o consumismo com belas capas e fotos que apresentam em seu interior.

Alguns autores de livros didáticos trabalham relativamente bem com a Pré-História, tentando mostrar os rumos da pesquisa arqueológica no Brasil; já outros ignoram tal visão e ainda eliminam elementos importantes para a compreensão da Pré-História, por exemplo: a omissão de uma demonstração visual da taxonomia onde se insere *Homo sapiens sapiens* e a divisão da Pré-História em períodos distintos, pormenores que muitas vezes ajudam ao aluno a interpretar o todo e permitem ao professor desenvolver melhor a temática em questão.

Como o professor sem qualificação poderá entender os fatos históricos contidos no livro didático? Como entender a variação dos significados de alguns conceitos ao longo do tempo? Educadores sem a devida formação e qualificação não terão como identificar e sanar tais problemas, eles serão meros reprodutores do conteúdo exposto nos livros escolares, não terão capacidade de discernimento para aprofundar a discussão entres os alunos e impedir que o livro didático crie imagens errôneas a partir da leitura realizada pelos alunos.

As mensagens simbólicas, desenhadas e pintadas nas paredes rochosas dos abrigos preparados pela natureza, constituem um ensaio arcaico de um dos atributos

fundamentais do homem, que é certamente o único ser vivo da face da terra capaz de (re)traçar a própria História da espécie: incursionando por todos os setores do ecúmeno, a diferentes profundidades do tempo. Desenhos sobre o sol na abobada de grutas, registros sobre cometas e estrelas, em grande mistura com fatos do cotidiano, da caça, da coleta, da sexualidade e fertilidade humana. Fazem de algumas grutas brasileiras um sítio que é ao mesmo tempo um sacrário e a primeira biblioteca do homem. (AB'SABER, 1994-95, p. 15)

Como o professor de História poderá ignorar tão importante instrumento de trabalho disponível para toda uma comunidade? A deficiência na formação do educador é um sério problema que merece mais e urgente atenção. De outra forma, o ensino de História dependerá exclusivamente do livro didático, alçado de sua função auxiliar para posição de primeiro e principal instrumento no processo ensino - aprendizagem.

A primeira preocupação do professor que pretenda utilizar o documento no ensino da História, é saber onde encontrar o documento. Quando o mesmo aparece nos livros didáticos, tem somente a função de ilustrar, sem a preocupação de prestar-se a uma análise mais detida. (...) Em todos os casos o professor deverá proceder, por sua conta, à identificação da posição do autor do documento, seja política, ideológica, social, religiosa etc. que não pode ser familiar, como também as explicações das referências, das alusões, dos fatos contidos no próprio documento. (SILVA e RABELLO, 1992, p.46)

Essa situação se torna particularmente grave se levarmos em consideração o fato de que o livro didático, em inúmeras escolas ao longo desse país, é o único material bibliográfico disponível para consulta de alunos e professores, o que aumenta sobremaneira as responsabilidades dos autores e editores na sua elaboração. Naturalmente que nenhuma publicação, seja de que tipo for, está isenta de reparos ou acima da crítica. No entanto, do modo como o sistema educacional brasileiro hoje se estrutura, é imprescindível que o livro didático possibilite ao professor desenvolver um ensino de qualidade, sob pena de produzir-se uma deformação que acompanhará o aluno até, quem sabe, à Universidade.

O que diagnosticamos não é uma má vontade dos professores em lecionar. Sabemos que a péssima qualidade do ensino, a desvalorização da educação e uma remuneração injusta, para não dizer insignificante, não o motivam para tanto; o que vimos é a total falta de conhecimento e de profissionais de História presentes na maioria das salas de aula nos municípios de Sousa e Vieirópolis, tornando-os incapazes de se constituírem pesquisadores e/ou historiadores. Joana

Neves* afirma: *o professor de História deverá ser um pesquisador, um historiador capaz de produzir conhecimento específico na sua área, com o acréscimo de ser capaz, também, de adequar essa produção aos objetivos educacionais da História, em cada nível de ensino.*

O saber destes professores, na sua grande maioria, é totalmente dependente dos recursos ofertados no livro didático. Os conceitos, as informações que o professor repassa são sempre oriundas de fontes inadequadas para melhorar o ensino em sala de aula, não existindo saber apenas na reprodução de uma construção contida no material didático escolar, cuja escolha é baseada na qualidade das imagens, na facilidade de resolução das questões e, principalmente, na orientação que o livro do professor proporciona ao mestre, como se fosse um manual de utilização de um objeto cujo proprietário necessitasse para a correta manipulação e que sem ele não saberia como utilizá-lo de forma correta.

Esse é o perfil do educador encontrado durante o desenvolvimento do trabalho: profissionais leigos e não habilitados para exercer a função. É claro que a regra não se aplica a todos, mas a maioria dos profissionais existentes nas salas de aulas não estão aptos a analisarem o livro didático, não estão preparados para compreender a Pré-História. Então, mesmo com o desenvolvimento de estudos voltados para analisar e tentar compreender o que propõe os PCN's, haverá dificuldade dos educadores em executarem as orientações ali contidas, pois, como afirma Joana Neves:

(...) O professor de História, tendo tempo para estudar e preparar recursos didáticos; tendo condições de, cotidianamente, avaliar o desempenho de seus alunos e, assim, corrigir rumos do curso; ganhando bem e, por isso, podendo participar de encontros e atividades na sua área de conhecimento; podendo adquirir livros, computador, assinaturas de periódicos e todos os demais meios de aprimoramento intelectual que a cultura e a tecnologia atuais colocam à disposição das pessoas, estará, com certeza, permanentemente, desenvolvendo, tão plenamente quanto possível, sua qualificação profissional. Insistimos: sonhar é projetar a realidade desejável. (NEVES, 2003)

* NEVES, Joana. Formação do professor de História. ANPUH, João Pessoa, 2003.

Bibliografia

AB'SABER, A. N. Redutos Florestais, refúgios de fauna e refúgios de homens. **Revista de Arqueologia**, São Paulo. 8 (2):1-35, 1994-95.

ABUD, Kátia. **Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária**. In: *O saber histórico na sala de aula*. (org.) BITTENCOURT, Circe. Contexto, São Paulo, 2002, p.28-41.

BALDISSERA, Jose Alberto. **O livro didático de História: uma visão crítica**. 4º Edição, Porto Alegre: Evangraf, 1994.

BITTENCOURT, Circe. **Livros didáticos entre textos e imagens**. I In: *O saber histórico na sala de aula*. (org.) BITTENCOURT, Circe. São Paulo: Contexto, 2002, p. 69-90.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: Novas perspectivas**., São Paulo: UNESP, 1992, p.7-37.

_____. **Teóricos e historiadores**. In *História e teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p.11-37.

CASTRO GOMES, Ângela Maria. **A reflexão teórica e metodológica dos historiadores brasileiros: contribuições para pensar a nossa História**. IN GUAZZELLI, César Augusto Barcellos et alii (orgs) *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: Editora da UFGS, 2000, p.19-26.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

FOULCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 6º edição. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2002, p. 201-222.

FUNARI, Pedro Paulo A. (org.). **Cultura material e Arqueologia histórica**. In: *Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no contexto Sul-Americano*. Campinas, SP: UNICAMP, 1998, p.7-34.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 14º Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GUIDON, Niede. Tradições rupestres da área arqueológica de São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil. **CLIO. Série Arqueológica**, Recife, n.5, 1989.

JOANILHO, André Luiz. **História e prática: pesquisa em sala de aula**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1996, p.47-74.

KERN, Arno Alvarez. A arqueologia histórica, a história e os trinta povos das missões. **CLIO. Série Arqueológica**, Recife, n.5, 1989.

LEROI-GOURHAN, André. **Os caçadores da Pré-História**. Edições 70, Lisboa, Portugal, 1983.

MARTIN, Gabriela. **Pré-História do Nordeste do Brasil**. 2º Edição. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1997.

MOBERG, Carl-Axel. **Introdução à Arqueologia**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1968.

NEVES, Joana. **Perspectiva do ensino de História: desafios políticos – educacionais e historiográficos.** In Oliveira, Margarida M. Dias (org.) *Causa o consenso, LDB, DCN, PCNS e reformas no ensino.* João Pessoa: ANPUH – PB, Sal e Terra, 2000, p. 103-137.

PCN. **Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental.** *Introdução aos parâmetros curriculares nacionais.* MEC, Brasília, DF, 1998.

_____. **Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental.** *História.* MEC, Brasília, DF, 1998.

PESSIS, Anne-Marie. Da antropologia visual à antropologia pré-histórica. **CLIO. Série Arqueológica,** Recife, n.8, 1986.

_____. Identidade e classificação dos registros gráficos pré-históricos do Nordeste do Brasil. **CLIO. Série Arqueológica,** Recife, n.8, 1992.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueologia: teorías métodos y práctica.** Madrid, Espana: Ediciones Akal. S.A., 1993, p. 161-166 e 203-220.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil.** 28ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **História: construindo a relação conteúdo-método do ensino de História no Ensino Médio.** In. KUENZE, Acácia (Org.). *Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho.* 2ª Edição. São Paulo: Cortez. p.203-230.

_____. **A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula.** In: *O saber histórico na sala de aula.* (org.) BITTENCOURT, Circe. São Paulo: Contexto, 2002, p.54-65.

SCHOBINGER, Juan. Algunas observaciones terminológicas sobre la prehistoria americana. **CLIO. Série Arqueológica,** Recife, n.6, 1990.

SILVA, Thelma N. M. B. e RABELLO, Heloisa de G. **Ensino de História.** Niterói, RJ: EDUFE, 1992, p.43-54.

VAINFAS, Ronaldo. **História das Mentalidades e História Cultural.** In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Op. Cit.* (p. 127-162)

WASSERMAN, Cláudia. **O livro didático: objetos teóricos – metodológicos relevantes na sua produção.** In GUAZZELLI, César Augusto B. Et all (org.) *Questões de teoria e metodologia da História.* Porto Alegre: Editora Universitária, UFGS, 2000, p.249-255.

LIVROS DIDÁTICOS ANALISADOS

COTRIM, Gilberto. **História e reflexão**. 5º série, Editora Saraiva, São Paulo.

MOCELLIN, Renato. **Para compreender a História**. 7ª série, Editora do Brasil, São Paulo, 1997.

MACEDO, José Rivair; OLIVEIRA, Mariley W. **Uma História em construção**. Vol. 3, Editora do Brasil, São Paulo, 1999.

ORDOÑEZ, Marlene. **História: antiguidade e período medieval**. 7º série, IBEP, 1ª edição, 1999.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História e vida integrada**. 5ª série, Editora Ática, São Paulo, 2002.

SCHIMDT, Mario Eurley. **Nova História crítica**. 5ª série, Editora Nova Geração, São Paulo, 1999.

Anexos

Questionário sobre o livro didático de História.

Ficha nº _____ Escola: _____

Escola: Municipal () Estadual () Particular () Município: _____

Professor(a): _____ Escolaridade: _____

Séries que leciona História: _____ Quanto tempo é professor? _____

Quanto tempo leciona História? _____ Outras disciplinas: _____

1 – Como você “vê” a pré-história no currículo escolar, ou seja, para você ela é imprescindível enquanto matéria escolar?

2 – Qual livro de História adotado pela escola? Até que ponto você participou na escolha do livro didático e quais os fatores que o levou a esta escolha?

3 – Tirando as informações contidas no livro didático de História, que outras fontes você utiliza para complementar as aulas?

4 – Que recursos você usa para melhorar a compreensão do ensino de Pré-História e História em si?

5 – Como você utiliza os recursos que a localidade oferece?

6 – Defina Pré-História.

7 – Defina a Pré-História no Brasil.

8 – Seu plano de aula você sempre utiliza o mesmo? Por que?

9 – Você acha que iniciar os estudos em História pela a história das civilizações antigas e aos povos pré-históricos, nas 5ª séries, seria a melhor opção dada a quantidade de informações que o aluno recebe?

10 – Já procurou visitar algum sítio arqueológico? Qual? Com que finalidade?

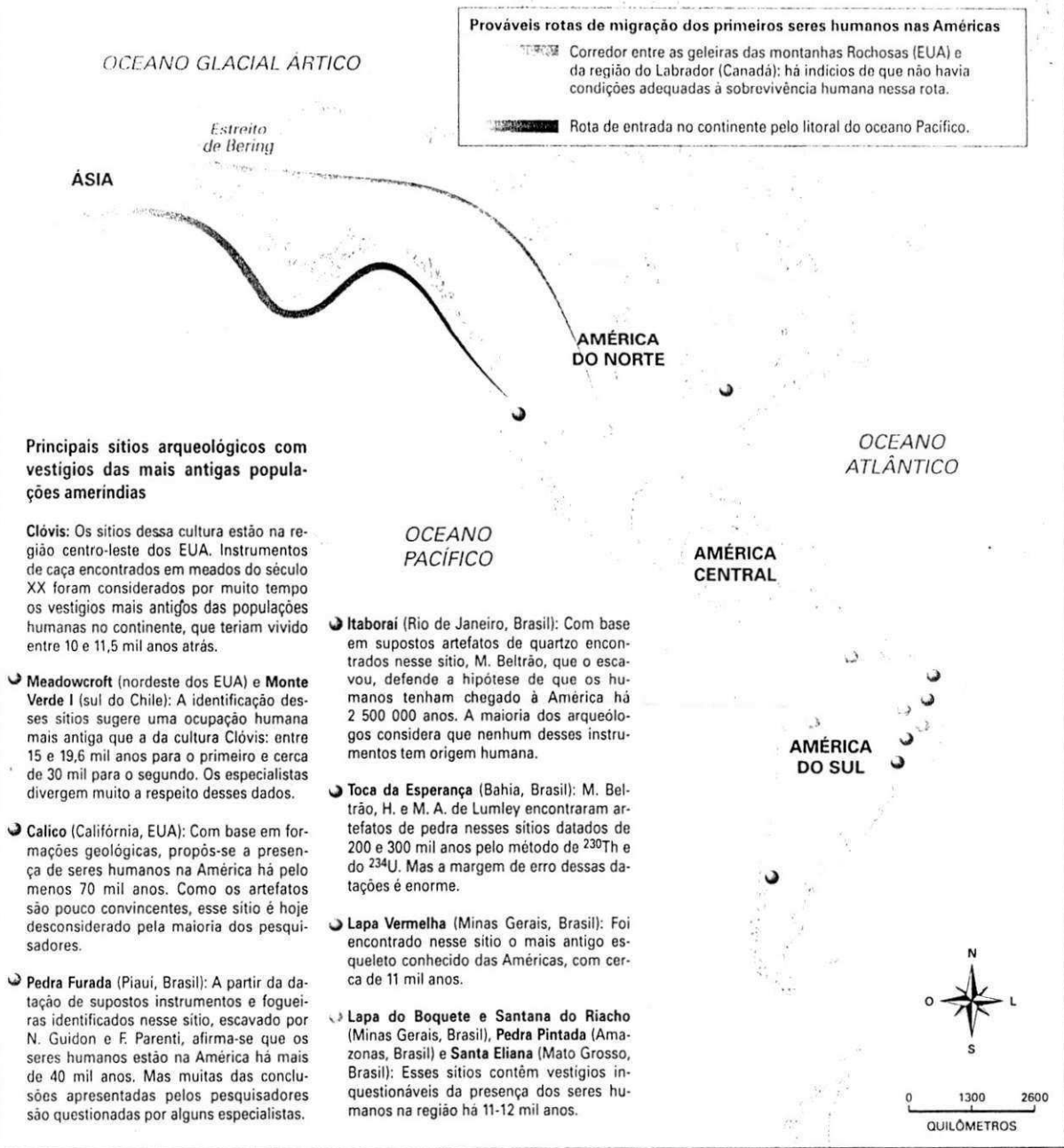
11 – Como você avalia o livro didático de História na série que você ensina, no que diz respeito ao conteúdo da Pré-História?

12 – O que você considera mais importante no livro didático?

Observações:

Observe e analise o mapa com os principais sítios arqueológicos e teorias sobre a ocupação da América.

POVOAMENTO DAS AMÉRICAS: UM DEBATE SEM FIM



A HISTÓRIA EM DEBATE

Saber quando a humanidade iniciou a ocupação da América não é tarefa fácil. Os primeiros grupos humanos não tinham a preocupação de registrar os acontecimentos de sua vida. E mesmo os vestígios de suas atividades foram em quase sua totalidade destruí-

dos pelo tempo. Mas, brinquemos de detetives: releia as informações contidas neste mapa e interprete-as como se fossem pistas. Depois, escreva uma redação reconstituindo, de acordo com seu ponto de vista, o início da ocupação da América pelos seres humanos.